



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Sistemas
Agroindustriais



Dissertação

Pecuária familiar e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):
um estudo da inserção da carne ovina em escolas municipais de Arroio Grande, RS

Tamires Pôrto Lima

Pelotas, 2025

Tamires Pôrto Lima

Pecuária familiar e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):

um estudo da inserção da carne ovina em escolas municipais de Arroio Grande, RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do de mestre em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Becker

Coorientadora: Profa. Marielen Priscila Kaufmann

Pelotas, 2025

Tamires Pôrto Lima

Pecuária familiar e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):

um estudo da inserção da carne ovina em escolas municipais de Arroio Grande, RS

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 07/03/2025.

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Cláudio Becker (Orientador) – PPGDTSA/UFPEL

.....
Prof. Dr. Juliano Luiz Fossá – UNIPAMPA

.....
Profa. Dra. Patrícia Martins da Silva – PPGDTSA/UFPEL

Dedico este trabalho a todos pecuaristas familiares, em especial *in memoriam* ao meu pai, minha maior inspiração.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pelas bênçãos.

Ao meu padrasto Selmar Sena, um dos meus maiores incentivador e, a minha mãe Vera Pôrto por sempre acreditar.

Ao meu companheiro Djonathan Konzen, pelo incentivo em buscar novos desafios, por toda tua calma e ajuda. Por compreender a importância dessa etapa e muitas vezes abrir mão dos teus compromissos para me acompanhar em alguma atividade da pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. Cláudio Becker, por toda a paciência, dedicação e pelos valiosos ensinamentos transmitidos ao longo desta jornada. Sua orientação foi essencial para meu crescimento acadêmico e pessoal. A forma acolhedora de ensinar e incentivar fez toda a diferença, tornando este caminho mais leve e inspirador.

A minha coorientadora Profa. Marielen Kaufmann por todos os conselhos, todas as conversas, todos os ensinamentos e por ter aceitado esse desafio aos quarenta e cinco minutos do segundo tempo.

Aos meus colegas do PPGDTSA que se tornaram grandes amigos durante essa caminhada, em especial as minhas amigas Marizane Duarte, Luci Nara Pereira e Rafaela Santos.

A todos os professores do DCSA que de alguma forma contribuíram para a minha formação.

Aos participantes da pesquisa, a quem respeito profundamente pelo trabalho que fazem e pela gentileza com que me receberam.

À Capes pelo apoio financeiro.

Resumo

Desde os anos 2000, pesquisas remetem ao reconhecimento e a valorização de uma nova categoria social no meio rural brasileiro: a pecuária familiar. Tal fato está inscrito no potencial que os sistemas produtivos tradicionais de criação de animais (bovinos e ovinos) têm realizado por estes pecuaristas em atender aos pilares da sustentabilidade ambiental, como ocorre no Pampa gaúcho. Entretanto, a ovinocultura praticada em unidades familiares enfrenta desafios de comercialização, que implica em limites para reprodução social e econômica destes estabelecimentos. Neste sentido, o advento de políticas públicas, à exemplo das compras públicas de alimentos da agricultura familiar, auxiliam na obtenção de renda e conseqüentemente, da reprodução social e econômicas das formas familiares de produção. Este é precisamente o caso do projeto de inserção de carne ovina na alimentação escolar, adquirida dos pecuaristas familiares, no município de Arroio Grande, RS. Por esta razão, cabe os questionamentos: Quais são os agentes e instituições envolvidas na concepção do projeto? Ainda, qual é o impacto da inclusão de carne ovina na alimentação escolar através do PNAE na manutenção e expansão da cadeia da ovinocultura no município? Ademais, quais são os principais desafios e perspectivas do projeto segundo os distintos atores sociais envolvidos. Assim sendo, o objetivo da pesquisa é analisar a estruturação e os efeitos do projeto de inserção da carne ovina no PNAE no município de Arroio Grande, RS. Foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo. Realizou-se entrevistas com roteiro semiestruturado para respondentes chaves, buscando oferecer uma visão abrangente e aprofundada sobre a iniciativa de introdução da carne ovina na alimentação escolar no município em tela, detalhando os agentes e instituições envolvidas, incluindo suas funções, responsabilidades e a dinâmica de suas interações. A entrevistas foram realizadas nos meses de novembro e dezembro 2024 de forma presencial. Inicialmente buscou-se entrevistar os participantes do projeto de inserção de carne ovina através do PNAE no município de Arroio Grande, Rs. Foi possível identificar o STRAG, EMATER/RS e SMEAG como agentes envolvidos na concepção do projeto. Com impacto para a manutenção e expansão da cadeia produtiva da ovinocultura foi destacada a geração de renda. Também foi possível constatar que o principal desafio até o momento é que a planta frigorífica do município está fechada e o projeto encontra-se pausado. Como perspectiva para o futuro espera-se que o projeto volte ao seu funcionamento. Como considerações finais, constatou-se que o projeto demonstra um potencial significativo para o fortalecimento da pecuária familiar. A experiência adquirida com a implantação do projeto oferece um modelo replicável para outras regiões, destacando a importância da articulação entre diferentes mediadores para o sucesso de iniciativas similares.

Palavras chaves: mercado institucional; ovinocultura; agricultura familiar.

Abstract

Since the 2000s, research has led to the recognition and appreciation of a new social category in rural Brazil: family livestock farming. This fact is inscribed in the potential that traditional animal husbandry production systems (cattle and sheep) have been carried out by these ranchers in meeting the pillars of environmental sustainability, as occurs in the Pampa gaúcho. However, the sheep farming practiced in family units faces marketing challenges, which implies limits to the social and economic reproduction of these establishments. In this sense, the advent of public policies, such as public purchases of food from family farming, help to obtain income and consequently, the social and economic reproduction of forms production family members. This is precisely the case with the meat insertion project. sheep in school meals, purchased from family farmers, in the municipality of Arroio Grande, RS. For this reason, the following questions arise: What are the agents? and institutions involved in the design of the project? Still, what is the impact of inclusion of sheep meat in school meals through the PNAE in the maintenance and expansion of the sheep farming chain in the municipality? Furthermore, what are the main challenges and perspectives of the project according to the different social actors involved. Therefore, the objective of the research is to analyze the structuring and effects of the project of inclusion of sheep meat in the PNAE in the municipality of Arroio Grande, RS. He was research was carried out with a qualitative approach, of a descriptive nature and interpretative. Interviews were conducted using a semi-structured script to key respondents, seeking to offer a comprehensive and in-depth view on the initiative to introduce sheep meat into school meals in the municipality on screen, detailing the agents and institutions involved, including their functions, responsibilities and dynamics of their interactions. The interviews were conducted in person in November and December 2024. Initially, we sought to interview participants in the sheep meat insertion project through the PNAE in the municipality of Arroio Grande, RS. It was possible to identify STRAG, EMATER/RS and SMEAG as agents involved in the project design. With an impact on the maintenance and expansion of the sheep farming production chain, income generation was highlighted. It was also possible to confirm that the main challenge so far is that the municipality's refrigeration plant is closed and the project is on hold. As a perspective for the future, it is expected that the project will return to operation. As final considerations, it was found that the project demonstrates significant potential for the strengthening family livestock farming. The experience gained with the implementation of the project offers a replicable model for other regions, highlighting the importance of the articulation between different mediators for the success of similar initiatives.

Keywords: ovinocultura; mercado institucional; agricultura familiar.

Lista de figuras

Figura 1 - Efetivo de rebanho de ovinos (milhões) no Rio Grande do Sul entre 1982 e 2022.	21
Figura 2 - Mapa ilustrativo contendo a localização dos maiores rebanhos ovinos do estado do Rio Grande do Sul.	22
Figura 3 - Tipos de mercados na agricultura familiar.	26
Figura 4 - Organograma ilustrativo apresentando as diretrizes do PNAE.	33
Figura 5 - Mapa ilustrativo da localização do município de Arroio Grande/RS.....	37
Figura 6 - - Mercados da carne ovina existentes no município de Arroio Grande, RS.	47
Figura 7 - Estruturação do projeto de inserção de carne ovina nas escolas em Arroio Grande.	51
Figura 8 - Entrega da primeira remessa de carne ovina nas escolas da rede municipal de Arroio Grande.....	52
Figura 9 - Carne ovina embalada e processada entregue no PNAE em Arroio Grande.	53
Figura 10 - Alunos da rede municipal de educação conversando com os participantes do seminário sobre o projeto de inserção de carne ovina na merenda escolar.....	54

Lista de Quadros e Tabela

Quadro 1 - Rebanho bovino proveniente da agricultura familiar no RS e na microrregião de Jaguarão.....	19
Quadro 2 - Contribuições da Nova Sociologia Econômica para o estudo dos mercados da ovinocultura na pecuária familiar	29
Quadro 3 - Modalidade de ensino e os valores repassados pela União para a Alimentação Escolar em 2024.....	34
Quadro 4 - Síntese dos objetivos, instrumentos de coleta e métodos de análise da pesquisa.....	41
Quadro 5 - Perfil dos participantes do projeto de inserção de carne ovina através do PNAE em Arroio Grande, RS	42
Quadro 6 - Relação do setor que atua com produção agropecuária, alimentação escolar e políticas públicas.....	43
Quadro 7 - Pontos positivos da implantação do projeto de inserção de carne ovina merenda escolar em Arroio Grande	55
Quadro 8 - Sistematização das perspectivas de futuro, segundo os entrevistados, para o projeto de inserção de carne ovina em Arroio Grande, RS.	57
Tabela 1 - Número de estabelecimentos agrícolas e área da agricultura familiar nos municípios que compõem a microrregião de Jaguarão, Rio Grande do Sul.	38

Lista de Abreviaturas e Siglas

CAE - Conselho de Alimentação Escolar

CNA - Comissão Nacional de Alimentação

CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MESP - Ministério da Educação e Saúde Pública

NSE - Nova Sociologia Econômica

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PECFAM - Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar

PIB - Produto Interno Bruto

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNME - Programa Nacional de Merenda Escolar

PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RS - Rio Grande do Sul

SAIP - Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR - Sistema Nacional de Aprendizagem Rural

SMEAG - Secretária Municipal de Educação de Arroio Grande

STRAG - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio Grande

VBP - Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Questões norteadoras da pesquisa	13
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Objetivo geral.....	14
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 Justificativa	14
2 REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1 Panorama da pecuária familiar no RS	16
2.1.1 Produção de ovinos no RS.....	20
2.1.2 Produtos da ovinocultura gaúcha	23
2.2 Mercados da pecuária familiar	25
2.3 Contexto e potencialidades do PNAE	32
3 METODOLOGIA	37
3.1 Universo de análise	37
3.2 Procedimentos metodológicos e análise dos dados	39
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	42
4.1 Perfil dos entrevistados	42
4.2 Pecuária familiar	44
4.3 PNAE em Arroio Grande	48
4.4 Projeto de Inserção de carne ovina no PNAE	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICE	72
Apêndice A – Roteiro de questões para os mediadores.....	72
Apêndice B – Roteiro de questões para o produtor.....	75
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	78
Apêndice D – Registros fotográficos do trabalho de Campo.....	82
ANEXOS	85
Anexo A – Imagem do aluno recebendo o prato de merenda com carne ovina em escola municipal de Arroio Grande	85
Anexo B – Imagem do prato com carne ovina em escola municipal de Arroio Grande.....	85
Anexo C – Reportagem sobre o destaque que o projeto de inserção carne ovina na merenda escolar em Arroio Grande	86

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, a busca por alimentos tem acompanhado a evolução das sociedades, estando ainda estritamente ligadas às transformações que ocorrem no meio rural (Montanari, 2024). Essas mudanças estão muitas vezes relacionadas com a conjuntura mais ampla que cada território rural se desenvolveu, à exemplo da estrutura fundiária ou das especificidades ambientais e geográficas da região (Flores, 2006).

Neste sentido, tomando como referência a porção meridional da geografia gaúcha, observa-se que a apropriação das terras na metade sul do Rio Grande do Sul¹ teve início com a distribuição das sesmarias, o que deu origem às primeiras grandes estâncias (Ribeiro, 2003). Segundo Waquil *et al.* (2016), embora o poder político-econômico dos estancieiros tenha influenciado as principais interpretações sobre a ocupação do território gaúcho, é possível identificar uma série de fatores históricos que contribuíram para a formação de um importante número de pequenas unidades produtivas. Estas também surgiram em associação à criação de gado nas pastagens naturais do Rio Grande do Sul, com base na mão de obra familiar.

A partir do início dos anos 2000, surgiram as primeiras pesquisas que procuravam identificar as características que distinguem o pecuarista familiar, uma categoria de agricultor familiar (Silva; Sacco dos Anjos, 2022). A pecuária familiar destaca que a bovinocultura e ovinocultura de corte não se desenvolvem em apenas grandes propriedades, que muitas vezes a atividade é executada em pequenas propriedades com mão de obra estritamente familiar (Cotrim, 2003; Sandrini, 2007; Ribeiro, 2018, Maia 2022).

A ovinocultura por sua vez é uma das principais atividades pecuárias praticadas no Pampa gaúcho (Carvalho *et al.* 2006). Sua consolidação como atividade econômica teve início no século XX, impulsionada pela valorização da lã no mercado internacional, e foi intensificada a partir da década de 1940, com avanços tecnológicos na produção. Apesar de enfrentar períodos de prosperidade e desafios, a tradição da ovinocultura no sul do estado permaneceu forte, frequentemente integrada à bovinocultura de corte (Viana; Silveira, 2009).

¹ Corresponde a uma subdivisão territorial do estado, marcada por condições naturais específicas, como o domínio do bioma Pampa, e por dinâmicas socioeconômicas distintas.

Embora a atividade tenha um papel econômico significativo, o consumo de carne ovina *per capita* ainda é pouco expressivo quando comparado às demais proteínas animais (bovina, suína, aves) mais consumidas pela população brasileira. Constata-se que o consumo de carne ovina no país é cerca de 0,400 gramas por habitante por ano (Sebrae, 2020), enquanto a proteína bovina, por exemplo, corresponde à 39 kg/hab/ano.

A cadeia produtiva da ovinocultura no Pampa gaúcho vem enfrentado dificuldades no que tange a comercialização de seus produtos, diante da sazonalidade da produtividade, mas também perante a concorrência com áreas cada vez mais destinadas ao cultivo de monoculturas como o da soja. De acordo com Silva e Sacco dos Anjos (2020), nos últimos anos, agricultores que vieram do norte e noroeste do estado do RS, deslocam-se para o extremo sul do estado, atraídos pelos baixos preços das terras. Essa situação ocasionou a ocupação de áreas antes destinadas à pecuária com lavouras de soja. Aliás, este monocultivo é a atividade agrícola com maior crescimento relativo e absoluto no Bioma Pampa, segundo o MAP Biomas (2022), que indica que a mesma saiu de 2% em 1985 para 33,2%.

Iniciativas que buscam impulsionar e fortalecer a cadeia da ovinocultura, com consumo da carne e a utilização de subprodutos como a lã, tornam-se essenciais para a manutenção desta atividade no RS. Uma dessas ações neste sentido é a do projeto do Alto Camaquã, o qual é uma iniciativa que visa valorizar e estimular a produção de diversos produtos oriundos do território situado na parte superior da bacia do Rio Camaquã, perpassando os municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Lavras do Sul, Piratini, Pinheiro Machado, Santana da Boa Vista e Encruzilhada do Sul. Além de outras ações, tem se buscado a valorização da carne ovina produzida em sistemas tradicionais, gerando um produto denominado de cordeiro do Alto Camaquã (Matte *et al.*, 2016).

Em outras regiões também têm havido experiências semelhantes, por vezes valendo-se de políticas públicas. Este é o caso do estímulo ao consumo desta proteína animal pelo projeto na cidade de Assú, no Rio Grande do Norte, que prevê a compra da carne de cordeiro para a alimentação escolar. Nesta localidade, o executivo municipal criou uma nova possibilidade de comercialização para os criadores e, conseqüentemente, visa fomentar a cadeia produtiva de ovinos gerando mais empregos e renda aos envolvidos (Prefeitura de Assú, 2023).

Não obstante, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por meio de recursos financeiros garante uma alimentação escolar adequada às escolas da rede pública de ensino. Dos seus recursos financeiros, no mínimo 30% tem que ser destinados à compra de alimentos oriundos de unidades produtoras familiares locais, auxiliando o fortalecimento da cadeia produtiva local (Ministério da Educação, 2023).

No município gaúcho de Arroio Grande um projeto com características similares ao do município de Assú vem ganhando notoriedade com a introdução de carne ovina via PNAE. Esta ação teve seu início no ano de 2023 e foi uma iniciativa do Secretária de Educação de Arroio Grande (SMEAG), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS-Ascar) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio Grande (STRAG). A expectativa por parte dos atores envolvidos era de que com a possibilidade da inserção de carne ovina no cardápio das escolas, a pecuária familiar também pudesse alcançar bons índices de desenvolvimento no município (Prefeitura de Arroio Grande, 2024).

Apesar de recente, o referido projeto apresenta inúmeras potencialidades e compreender seus delineamentos é um objeto importante para o desenvolvimento não só local, mas também territorial, uma vez que a iniciativa teria potencial de ser replicado em mais municípios da região.

1.1 Questões de pesquisa

Diante do contexto supra destacado, o presente estudo tem como intuito inicial entender como a iniciativa de introdução de carne ovina na alimentação escolar em Arroio Grande, RS por meio do PNAE se estruturou. Adicionalmente, questiona-se: quais são os agentes e instituições envolvidas na concepção do projeto? Ainda, qual é o efeito da inclusão de carne ovina na alimentação escolar através do PNAE na manutenção e expansão da cadeia da ovinocultura no município? Ademais, quais são os principais desafios e perspectivas do projeto segundo os distintos atores sociais envolvidos?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a estruturação e os efeitos do projeto de inserção da carne ovina no PNAE no município de Arroio Grande, RS.

1.2.2 Objetivos específicos

- Compreender como ocorreu o arranjo institucional do projeto municipal de fornecimento de carne ovina dos pecuaristas familiares para o PNAE;
- Identificar e caracterizar os agentes e instituições envolvidas no projeto;
- Verificar os efeitos do projeto na ovinocultura familiar local;
- Apurar quais os desafios e perspectivas da inserção da carne ovina através do PNAE segundo os distintos atores sociais envolvidos.

1.3 Justificativa

A presente pesquisa tem o propósito de estudar e compreender como recente introdução da carne ovina dos pecuaristas familiares na alimentação escolar por meio do PNAE. Almeja-se observar como essa inclusão produtiva impactou nas peculiaridades dos sistemas de produção da pecuária familiar local, sendo este um elemento vital para compreender como as políticas públicas podem contribuir para o desenvolvimento dos territórios.

A inserção da carne ovina na alimentação escolar não só pode beneficiar os alunos em termos nutricionais, mas também pode ser uma oportunidade para fortalecer a cadeia produtiva da ovinocultura familiar no município. Avaliar os efeitos desse processo parecem ser cruciais para conferir maiores possibilidades de reprodução social e econômica para essa atividade no médio e longo prazos.

Analisar como o projeto foi estruturado e quais foram os atores envolvidos é essencial para uma implementação eficaz e para o desenvolvimento de políticas públicas eficientes em contextos de diversidade da agricultura e rural brasileiros, como é o caso dos pecuaristas familiares dedicados à criação de ovinos. Esta pesquisa possibilitou alguns *insights* importantes sobre as dinâmicas de colaboração entre diferentes entidades, instituições e pecuaristas. Ao identificar os desafios enfrentados e as perspectivas futuras do programa, esta pesquisa poderá contribuir para aprimorar a eficácia do PNAE e informar decisões políticas que visem aprimorar a inclusão produtiva. Portanto, vislumbra-se que este estudo é fundamental para

auxiliar na compreensão dos efeitos multifacetados da introdução da carne ovina na alimentação escolar municipal, bem como reúne elementos que possam orientar políticas públicas mais eficazes para o desenvolvimento territorial e manutenção da pecuária familiar.

Além dos motivos citados, a pesquisa tem uma motivação pessoal, haja vista que a autora é da quarta geração de uma família de pecuaristas familiares, natural de Arroio Grande, tendo concluído a graduação em Zootecnia e regressou a propriedade da família, onde reside até os dias atuais. As vivências e formação profissional ligadas ao meio rural despertaram o interesse em estudar o tema intimamente ligado à sua história pessoal. Espera-se que compreender as dinâmicas de mercado e de fortalecimento pecuária familiar, excetuadas no projeto. Que esse entendimento possa auxiliar os pecuaristas, que assim como a autora, têm dificuldades de comercializar a sua produção e de manutenção da atividade.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta presente seção serão abordados os conceitos que fundamentam a presente pesquisa, organizados em três principais temas, sendo eles: panorama da pecuária familiar no RS; mercados na pecuária familiar e, o contexto e potencialidades do PNAE.

2.1 Panorama da pecuária familiar no RS

Historicamente, o Rio Grande do Sul se destaca como um estado de grande relevância na produção agropecuária. Entre essas atividades, a pecuária está entre as mais antigas e tradicionais do estado (Porto *et al.*, 2010). A importância econômica dessa atividade reflete-se na participação do estado no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, contribuindo com 5,9%, dos quais 12,3% provêm da agropecuária. Dentro desse setor, a criação de suínos, bovinos e aves ocupa posição de destaque (Secretaria da Agricultura do RS, 2023).

A relevância da pecuária gaúcha também pode ser observada no tamanho de seus rebanhos. Em 2022, o Rio Grande do Sul possuía o sétimo maior rebanho de bovinos e bubalinos do Brasil, além do terceiro maior rebanho de equinos e ovinos (IBGE, 2022). O expressivo espaço ocupado pela atividade é confirmado pelo Censo Agropecuário de 2017, que apontou que, dos 21,7 milhões de hectares utilizados pelos 365.094 estabelecimentos agropecuários do estado, cerca de 42% são compostos por pastagens. Entre elas, as pastagens nativas do bioma Pampa representam aproximadamente 7,5 milhões de hectares (82,2% do total), sendo o principal recurso utilizado na pecuária de corte extensiva (IBGE, 2019).

Embora a pecuária gaúcha seja historicamente associada às grandes estâncias e extensas áreas de terra, observa-se atualmente uma mudança de paradigma, com o fortalecimento da pecuária familiar. Esse modelo produtivo é caracterizado pela criação de animais em propriedades menores, com até 300 hectares, e pelo uso predominante da mão de obra familiar (Ribeiro, 2009). Uma prática comum nesse sistema é o consórcio de bovinos e ovinos, o que permite otimizar o uso dos recursos disponíveis, como terra e trabalho, ao mesmo tempo que contribui para a diversificação da renda e a sustentabilidade do sistema produtivo (Maia, 2022).

No início do Século XXI ocorreu um movimentação por parte dos estudiosos da temática pecuarista familiar para criar uma definição das características desta categoria social, visando assegurar direitos básicos a mesma, com por exemplo, o acesso adequado às políticas públicas. Esse pecuarista é definido como um agricultor familiar cuja as principais atividades são a bovinocultura e a ovinocultura de corte extensiva, utilizando majoritariamente a mão de obra familiar, tendo a maior parte de sua renda proveniente da atividade agrícola e possuindo propriedades de até quatro módulos fiscais (Cotrim, 2003; Sandrini, 2007; Ribeiro, 2009).

Tal categoria é um tipo específico de pecuarista que, apesar das adversidades impostas pela economia convencional, insiste em manter sua presença nos campos do Pampa Gaúcho, se distinguindo do pecuarista convencional patronal (Neto, 2009). Segundo este autor, essas particularidades estão relacionadas à sua trajetória histórica e às estratégias adotadas para assegurar a reprodução social de sua família.

Neste sentido, a pecuária familiar tem um papel significativo na estrutura social e econômica do Pampa Gaúcho, sendo responsável por uma parcela expressiva da população rural da região (Embrapa, 2005). Além disso, essa subcategoria de agricultura familiar se baseia na diversidade das atividades desenvolvidas, na gestão dos recursos produtivos, na organização do trabalho e em estratégias de reprodução social que garantem sua continuidade ao longo das gerações (Matte *et al.*, 2019).

Com o intuito de analisar os diferentes estilos de pecuaristas familiares, Neske (2016) por meio de sua tese realizada na região do Alto Camaquã, identificou três subtipos. Conforme o referido autor, primeiro subtipo refere-se aos pecuaristas familiares não especializados, os quais praticam a pluriatividade e apresentam baixa integração ao mercado. O segundo grupo abrange os pecuaristas familiares não especializados, que também possuem pouca integração ao mercado, mas não são pluriativos. Por fim, há os pecuaristas familiares especializados, caracterizados por uma alta inserção no mercado.

Em termos de reconhecimento oficial desta categoria social específica, apesar de existir há mais de três séculos no Pampa gaúcho, a pecuária familiar só foi reconhecida legalmente no estado do Rio Grande do Sul em 2011, com a regulamentação da Lei da Pecuária Familiar. O Decreto nº 48.316, de 31 de agosto de 2011, formalizou o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte

Familiar (PECFAM), instituído pela Lei nº 13.515, de 13 de setembro de 2010. Esse reconhecimento legal marcou um avanço na valorização da categoria e na formulação de políticas públicas voltadas ao seu fortalecimento, consolidando sua importância para o desenvolvimento sustentável do estado.

Assim sendo, a pecuária familiar pode ser reconhecida como uma forma diferenciada de agricultura familiar, caracterizada por uma diversidade de sistemas produtivos e perfis de produtores (Porto *et al.*, 2010). Apesar de compartilharem elementos de identificação dentro de um mesmo grupo social, os agricultores familiares apresentam condições sociais e econômicas que os distinguem dos camponeses, influenciando sua inserção e interação com a sociedade mais ampla (Schneider; Niederle, 2008). A relação entre natureza, animal e homem, aliada à identidade cultural, torna o pecuarista familiar único dentro desse cenário.

No Rio Grande do Sul, essa atividade desempenha um papel essencial, não apenas pelo seu valor cultural e ambiental, mas também pela sua contribuição econômica, sendo fundamental para a preservação da identidade do gaúcho e a conservação dos ecossistemas naturais do Bioma Pampa. Além disso, a pecuária familiar tem um impacto significativo na geração de renda, empregos e segurança alimentar tanto para o estado quanto para o Brasil (Silvano, 2023).

Muito atrelada à imagem do gaúcho é a forte tradição que permeia essa atividade. Conforme observado por Silva e Sacco dos Anjos (2022), a maioria dos pecuaristas familiares do extremo sul se dedica à atividade durante toda a vida, pois a profissão é frequentemente transmitida ao longo das gerações, com muitos iniciando desde a infância. Essa continuidade reforça a importância da pecuária familiar como um pilar da cultura e da economia local.

Segundo Wilkinson (2008) a pecuária familiar, é mais do que uma atividade econômica, é uma herança cultural transmitida de geração em geração, com práticas, conhecimentos e valores que reforçam a identidade e a sobrevivência das famílias rurais no campo. Coincidimos com esta perspectiva, uma vez que os pecuaristas familiares são ao mesmo tempo “produtores” e “produtos” do processo de coevolução ser humano natureza, ocorrido na porção meridional do Rio Grande do Sul.

O último Censo Agropecuário que fez distinção no indicador número de cabeças de animais, entre familiar e não familiar, foi o 2006, cujos dados estão sistematizados no quadro 1. A microrregião de Jaguarão, RS está localizada no

extremo sul do Brasil, composta pelas cidades de Arroio Grande, Herval e Jaguarão, sua área total é de 6.326 km² e acumula 57.372 bovinos provenientes da pecuária familiar.

Quadro 1 - Rebanho bovino proveniente da agricultura familiar no RS e na microrregião de Jaguarão.

Unidade da federação e municípios da microrregião	Agricultura familiar		Total (número de animais)
	Número	%	
Rio Grande do Sul	4.065.849	35,87	11.334.510
Arroio Grande	18.400	20,75	88.671
Herval	23.538	24,94	94.390
Jaguarão	15.434	14,24	108.405

Fonte: Censo Agropecuário (2006).

No Quadro 1 é possível visualizar as proporções do rebanho na microrregião de Jaguarão e no RS, evidenciando sua relevância para o sistema econômico gaúcho. A falta destes dados mais atualizados limita a visualização real do cenário da pecuária familiar em número de animais, bem como os recentes impactos das mudanças na matriz socioproductiva da região.

No âmbito global, a relevância da agricultura e da pecuária familiar se manifesta na sua contribuição para a segurança alimentar. De acordo com a FAO (2023), essas atividades são responsáveis por cerca de 70% dos alimentos consumidos mundialmente, demonstrando seu papel estratégico para as economias locais, regionais e nacionais.

No entanto, a pecuária familiar enfrenta diversos desafios estruturais, como dificuldades no acesso a crédito, tecnologia, mercados e assistência técnica (Silva, 2024). Nesse sentido, políticas públicas que incentivem a organização de cooperativas, a qualificação dos produtores e a ampliação do acesso a mercados diferenciados, como o mercado institucional, são fundamentais para garantir o fortalecimento e a sustentabilidade dessa categoria social (Silva, 2004). Assim, a continuidade da pecuária familiar depende de estratégias que valorizem sua identidade cultural e promovam melhores condições para o seu desenvolvimento.

Diante desse cenário, a criação de ovinos no Rio Grande do Sul se destaca como uma atividade essencial dentro da pecuária familiar, complementando a bovinocultura e contribuindo para a diversificação da produção agropecuária no estado.

2.1.1 Produção de ovinos no RS

Dentre os produtos da pecuária rio-grandense, a criação de ovinos, tradicional, vista no andar pelos pampas, é reconhecida como uma identidade da cultura gaúcha. A ovinocultura no estado continua baseada na produção de animais, de raça para a produção de carne, lãs e mistas, mais adaptadas ao clima subtropical (Carvalho et al. 2006).

Com a valorização da lã no mercado internacional no início do século XX, a ovinocultura ganhou maior notoriedade e o rebanho no Pampa gaúcho se proliferou (Ávila *et al.* 2013). Com a crise da lã nos anos 1980 fez com que muitos produtores desistissem da atividade, que levou à significativa redução do rebanho comercial, gerando a desestruturação de toda a cadeia produtiva (Viana; Silveira, 2009).

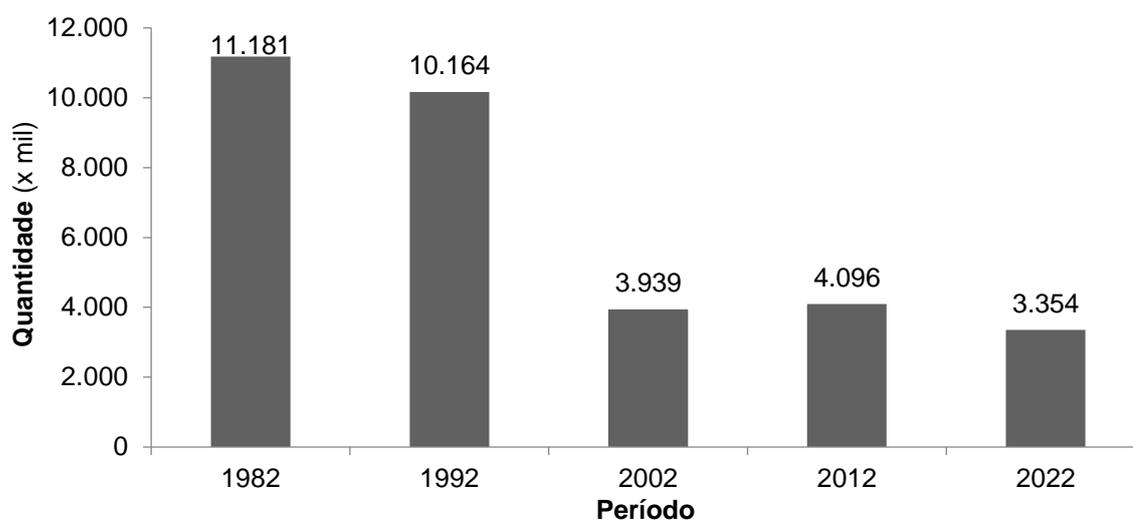
Por muito tempo a carne ovina foi considerada um subproduto e era geralmente consumida apenas em ambientes rurais ou de forma desorganizada (Pereira Neto, 2004). Porém, com um poder aquisitivo mais elevando por parte da população e também através de uma nova iniciativa da cadeia produtiva, que começou a abater animais precoces, oportunizou um novo mercado emergente à ovinocultura (Santos *et al.*, 2011).

Os desafios enfrentados pelos produtores ao comercializar animais para abate através do mercado incluem a sazonalidade na produção, a falta de um mercado estável, a necessidade de fornecer animais regularmente, a importância da escala para comercialização e a demanda dos frigoríficos por animais jovens (Viana; Silveira, 2009).

Neste contexto Viana, Revillion e Silveira (2013) também afirmaram que a sazonalidade produtiva, baixa taxa de natalidade, baixa uniformidade de carcaças, abate informal e clandestino e inexistência de programas informativos sobre a qualidade da carne ovina são os principais aspectos limitantes a organização do setor.

Mediante aos fatores citados anteriormente, a cadeia produtiva da ovinocultura passa por diversas dificuldades internas, bem como dificuldades externas como é o caso das novas explorações das terras na metade sul. Esses fatores colaboram para que o rebanho de ovinos do estado fosse reduzido, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 - Efetivo de rebanho de ovinos (milhões) no Rio Grande do Sul entre 1982 e 2022.

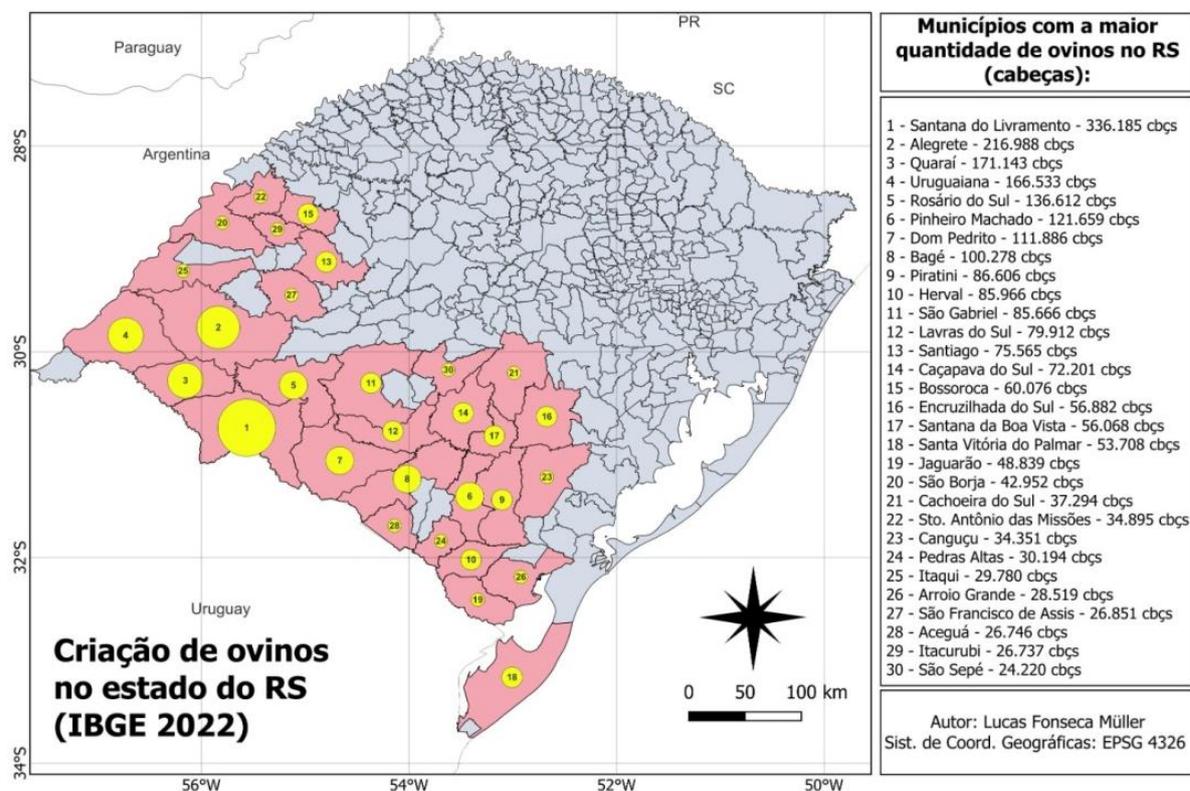


Fonte: Sidra-IBGE (2022).

Não obstante, atividades antes tradicionais do Pampa Gaúcho, como por exemplo, a ovinocultura, estão dividindo espaço com agricultura, inclusive em áreas de campo nativo do Bioma Pampa (Moreira; Matte; Conterato, 2023). Essa espécie de competição com os monocultivos aliada aos desafios anteriores já mencionados, faz com que o número de animais diminua sistematicamente. Segundo os dados analisados do IBGE (2022) o tamanho do rebanho ovino na microrregião de Jaguarão diminuiu 76% nos últimos 30 anos.

Conforme dados do último levantamento do IBGE (2022) o estado gaúcho possui o terceiro maior rebanho do país, com 3.353.607 cabeças, distribuídos em 47.063 estabelecimentos produtores, dos 497 municípios do estado, 30 municípios acumulam 72% da produção total do RS. O município de Arroio Grande ocupa a 26ª posição no ranking dos maiores produtores do estado com um rebanho de 28.519 cabeças.

Figura 2 - Mapa ilustrativo contendo a localização dos maiores rebanhos ovinos do estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: IBGE (2022).

Embora os desafios enfrentados ao longo dos anos, a ovinocultura é uma atividade tradicional da metade sul do estado, caracterizada pela criação dos animais de forma extensiva, alimentados de vegetação nativa, criar ovinos não é apenas uma atividade econômica é um meio de vida para muitos destes ovinocultores (Moreira; Matte; Conterato, 2023).

Vincular os produtos e serviços ao seu território de origem transmite a conexão entre o local e uma imagem caracterizada pela qualidade ambiental, a beleza das paisagens, sistemas produtivos que utilizam recursos naturais de forma sustentável e sem contaminantes, além da diversidade biológica e produtiva, a riqueza cultural e histórica (Borba, 2015).

De acordo com Silva (2024) esforços para a modernização da atividade, melhorar na qualidade da carne e da lã e ampliar o acesso a mercados irá proporcionar novas oportunidades para os produtores e fortalecimento do setor. Neste contexto a ovinocultura na metade sul do Rio Grande do Sul, presa pelo seu reconhecimento e valorização a atividade é elemento estratégico para o

desenvolvimento rural sustentável. A criação extensiva de ovinos, produto da pecuária familiar, que alia em suas práticas ao uso responsável dos recursos naturais e à forte identidade territorial, reforça a conexão entre os produtos oriundos dessa pecuária e a qualidade ambiental do bioma Pampa (Patrocínio, 2015). No entanto, para garantir a continuidade e o fortalecimento da ovinocultura, é essencial superar desafios e começar a valorizar os produtos oriundos do setor, como por exemplo, a carne.

2.1.2 Produtos da ovinocultura gaúcha

A ovinocultura dá origem a uma gama de produtos, tais como a lã, a pele, o leite e a carne. Além de diversos subprodutos como lanolina, artesanatos, queijos, doces e muito mais.

A lã é a mais antiga fibra natural já utilizada pelo homem (Pezzolo, 2021). Na Mesopotâmia, os primeiros povos agricultores descobriram que podiam usar a lã das suas ovelhas, sem ter de matá-las, e as mesmas ovelhas poderiam produzir mais lã nos anos seguintes (Santos *et al.*, 2019). Além dos tradicionais agasalhos e cobertas, é possível confeccionar diversos produtos a partir da fibra da lã, como por exemplo, isolantes térmicos e acústicos. Segundo a Embrapa (2023) o RS é o maior produtor de lã do país, totalizando 8,6 mil toneladas por ano.

Por sua vez, a pele dos ovinos, sem dúvidas é um dos produtos da ovinocultura mais desperdiçada e muitas vezes são descartadas na propriedade após o abate. No RS utiliza-se como arreios de cavalos, tapetes para assentos e bancos, decoração e artesanato (Ximenes, Cunha, 2012).

Não obstante, o leite ovino se diferencia dos demais não só pelo seu rendimento e sabor, mas por suas propriedades nutricionais, sendo *in natura* ou na forma de derivados (Menhê, 2020). O consumo de leite garante inúmeros benefícios à saúde, como a prevenção de doenças, equilíbrio da flora digestiva e menor reação para intolerantes e alérgicos a outros produtos lácteos (SENAR, 2019). A ovinocultura leiteira, atividade muito consagrada no cenário mundial, no estado gaúcho ainda pouco aproveitada.

Ao seu turno, a carne ovina, porção dos ovinos que assim como o leite é utilizada para alimentação humana, está cada vez vem ganhando maior valorização

em todos os aspectos, especialmente devido a sua qualidade nutricional e funcional (Batista *et al.*, 2013).

Segundo o Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2020), a carne ovina é muito saborosa, macia e suculenta e se destaca pelo seu valor nutricional, uma vez que contém aproximadamente 9,5% de lipídios. Essa carne é excelente fonte de proteína de elevado valor biológico pela disponibilidade e digestibilidade de aminoácidos essenciais. Além de apresentar um teor significativo de minerais como ferro e zinco, essenciais para a nutrição humana (Fujiwara, 2024).

A carne ovina desempenha um papel importante na segurança alimentar, pois é uma fonte nutritiva e sustentável de proteína animal, contribuindo para a diversificação da dieta e a redução da insegurança nutricional (Abel Traça, 2022). Com proteínas de qualidade, ferro e vitaminas essenciais, a criação de ovinos pode ser adaptada a diferentes condições climáticas e geográficas, tornando-se uma alternativa viável para pequenas propriedades rurais e comunidades vulneráveis (Furtado *et al.* 2014).

Essa qualidade antes citada da carne de ovinos pode ser avaliada considerando diversos aspectos, como a sanidade, cor e gordura da carne, quantidade de gordura entre os músculos e marmoreio, juntamente com os atributos sensoriais como aroma, maciez e sabor (Cruz *et al.* 2015). Essa qualidade é influenciada por fatores intrínsecos, como idade, sexo, raça, nutrição, sistema de criação e peso no momento do abate, assim como por fatores extrínsecos, incluindo condições de abate, armazenamento refrigerado e métodos de conservação (Osório *et al.*, 2009; Oliveira *et al.*, 2013).

Conforme pesquisa de teste de aceitação realizada por Gonçalves *et al.* (2011), analisando carne de cordeiros provenientes do Alto Camaquã com 100 consumidores durante a Expointer, Esteio-RS, verificou-se que 92% responderam, após provar, que comprariam carne de cordeiro.

Não obstante, o consumo per capita da proteína ovina é menor que 400 g/hab., um índice muito abaixo da quantidade consumida de outras fontes de proteína animal. Um fator que pode colaborar para explicar tal fato é a informalidade desta cadeia produtiva. De outra parte e de acordo com Saul (2011) combater a informalidade é sinônimo de acabar com a “única cadeia produtiva” completamente

estabelecida na ovinocultura, e sempre foi, o canal de escoamento para todos os produtos ovinos.

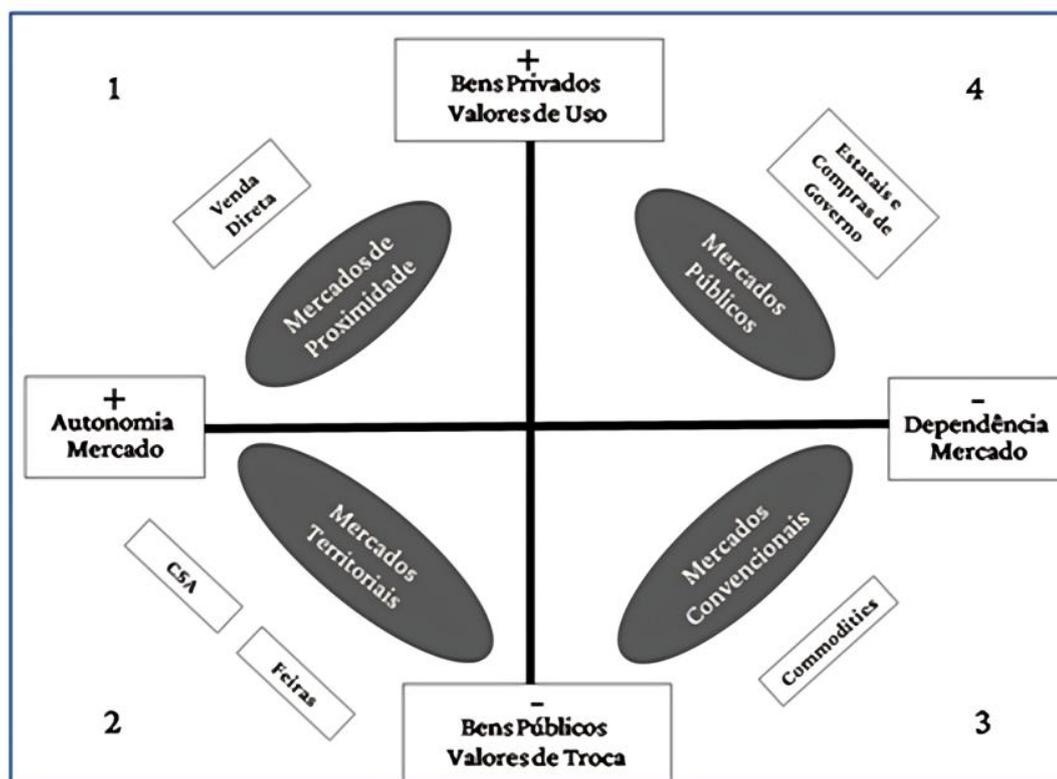
A falta de frigoríficos especializados no abate de ovinos no estado representa um dos principais entraves para o desenvolvimento da cadeia produtiva da ovinocultura, dificultando a comercialização da carne e melhorando a competitividade do setor (Laurino Joris, 2014). Desafios em relação à estruturação da cadeia faz com que a mesma não atinja novos mercados. Por isso, é necessário que se tomem medidas para apoiar o desenvolvimento do setor, buscando novos espaços que impulsionem a atividade.

2.2 Mercados da pecuária familiar

Ao buscar se analisar o processo de inserção da carne ovina no mercado institucional faz-se necessário apresentar alguns aportes teóricos relacionados aos mercados alimentares. Por conseguinte, partimos da compreensão de que o sistema agroalimentar abrange desde o acesso a recursos como terra, água e meios de produção até as etapas de processamento, distribuição, comercialização, consumo alimentar e destinação de resíduos, evidenciando sua complexidade e interconectividade (Brasil, 2012). Dentro desse sistema, o acesso do produto ao mercado desempenha um papel crucial, pois estabelece a conexão entre produtores e consumidores, garantindo a chegada dos alimentos ao destino final (Silva, 2024).

Assim sendo, o desenvolvimento de canais de comercialização eficientes e acessíveis garante ao pecuarista familiar uma melhor remuneração e amplia as oportunidades de escoamento da produção, fatores essenciais para o sucesso econômico da atividade (Cunha, 2005).

Figura 3 - Tipos de mercados na agricultura familiar.



Fonte: Schneider (2016).

No que concerne as especificidades das formas familiares de produção, Schneider (2016) propõe que na agricultura familiar ocorram quatro categorias de mercados. Sendo elas: os mercados de proximidade, os mercados locais e territoriais os mercados convencionais, os mercados públicos e Institucionais, conforme retrata a Figura 3, apresentada acima. Conforme este esquema elaborado pelo autor supracitado, a estrutura dos mercados pode ser analisada a partir de dois eixos principais: autonomia *versus* dependência do mercado e bens privados com valores de uso *versus* bens públicos com valores de troca. No quadrante superior esquerdo, encontram-se os mercados de proximidade, caracterizados pela venda direta entre produtores e consumidores, como feiras e mercados locais, promovendo relações comerciais mais personalizadas e valorizando a identidade dos produtos. No quadrante inferior esquerdo, os mercados territoriais englobam formas coletivas de comercialização, como feiras organizadas e sistemas de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), permitindo maior autonomia dos produtores ao estabelecer circuitos curtos de comercialização. No quadrante inferior direito, os mercados convencionais referem-se à comercialização de commodities e

produtos padronizados em larga escala, com alta dependência de intermediários e oscilações do mercado, o que pode reduzir o poder de negociação dos pequenos produtores. Já no quadrante superior direito, os mercados públicos são estruturados por políticas governamentais e compras institucionais, como o PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), garantindo demanda estável, mas também exigindo conformidade com regulamentações estatais. Essa tipologia evidencia a diversidade de formas de inserção da agricultura familiar no mercado, destacando os desafios e oportunidades para sua sustentabilidade econômica e social.

Na pecuária familiar, conforme Matte (2017), diversos canais de comercialização podem ser identificados, variando de acordo com o sistema de produção adotado na propriedade e sua localização. Essa diversidade de canais reflete a coexistência de meios formais e informais de comercialização, que desempenham papéis complementares na dinâmica econômica e social do setor. Nesse contexto, Gazolla (2012) classifica os canais de comercialização em seis tipologias: cadeias curtas ou venda direta entre agricultor e consumidor, vendas em eventos, cadeias longas, vendas formais, canais coletivos e em redes, além dos canais institucionais.

Entre essas tipologias, as cadeias curtas desempenham um papel importante na pecuária familiar. Segundo Matte (2016), essas cadeias se caracterizam por um número reduzido de intermediários entre o produtor e o consumidor final, promovendo uma relação mais direta e próxima entre ambos. Esse modelo de comercialização agrega valor ao produto, fortalece a economia local e contribui para a sustentabilidade, criando um ambiente de troca mais transparente e justo.

Os mercados nas unidades produtoras familiares configuram-se como formas de relações sociais entre agentes econômicos, como produtores e consumidores, que interagem na troca de bens, mercadorias e recursos. Segundo Schneider (2016), essa dinâmica mercantil não se restringe apenas a aspectos econômicos, mas está profundamente integrada aos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares. Assim, os mercados influenciam a vida das pessoas, seus valores, sua cultura e as instituições em que estão inseridas.

Dentro desse panorama, a troca de mercadorias entre produtores familiares surge como uma estratégia tradicional de comercialização. Veiga (1991) aponta que essa forma de negociação, muitas vezes informal, possibilita a criação de mercados

sociais, conectando agricultores e pecuaristas familiares a diferentes atores do sistema agroalimentar, como intermediários, investidores, cooperativas, varejistas e consumidores (Gazolla; Aquino, 2021).

Um exemplo dessa estrutura são os mercados por proximidade, que, segundo Schneider (2016), se estabelecem em um local específico, geralmente próximo aos agricultores, favorecendo relações interpessoais e valorizando os aspectos qualitativos dos produtos e das interações comerciais em detrimento do lucro. Esses mercados são socialmente construídos e enraizados em relações de reciprocidade, que exercem um papel de controle e regulação sobre as transações realizadas (Maciel, Becker e Neske, 2019).

Na pecuária familiar do Pampa Gaúcho, observa-se uma prática de informalidade na produção de carne, especialmente em áreas rurais ou com menor fiscalização. Esse processo abrange desde a criação e o abate até o transporte e a comercialização da carne, muitas vezes à margem dos padrões estabelecidos pelos órgãos reguladores. Nesse sistema mercantil, é comum que o próprio pecuarista assuma todas as etapas da cadeia agroalimentar, essa prática também se caracteriza como uma cadeia curta de comercialização (Fernandes, 2017).

Outra tipologia citada por Gazolla (2012) é a venda em eventos, essa forma de comercialização representa 9,4% das comercializações em unidades familiares, abrangendo feiras, festas e exposições locais. Esse canal de comercialização possui características das cadeias curtas, pois promove uma relação direta entre produtores e consumidores, fortalecendo o vínculo entre ambos e valorizando a produção local (Gazolla; Schneider 2017).

No entanto, nem todas as cadeias de comercialização mantêm essa proximidade. As cadeias longas ou de commodities na pecuária familiar, conforme Ploeg (2008) caracterizam-se por envolver diversos intermediários entre o pecuarista e o consumidor final. Nesse modelo, os produtos são comercializados em mercados amplos, muitas vezes globais, padronizados em grandes volumes, o que reduz o poder de barganha dos pecuaristas.

De forma semelhante, as vendas formais também representam desafios para os pequenos produtores. Segundo Gazolla e Schneider (2017), a inserção nesses mercados exige um suprimento contínuo ao longo do ano e o atendimento a rigorosos padrões de qualidade, dificultando a participação dos agricultores familiares. Essa limitação é evidente no mercado tradicional formal da pecuária

familiar, que envolve a comercialização de leite, carne, ovos e derivados (Grisa *et al.* 2010). Esse canal, por sua estrutura convencional, muitas vezes restringe o poder de negociação dos pequenos pecuaristas.

Além disso, Schneider (2016) aponta que os mercados convencionais se estruturam na lógica da oferta e da demanda, sem um lócus físico definido, operando em esferas nacionais e globais. Esse modelo gera altos riscos e incertezas, tornando os agricultores mais vulneráveis às oscilações do mercado e às pressões de intermediários.

Na construção de mercados diferenciados para a agricultura familiar, os articuladores promovendo a aproximação entre produtores e consumidores, fortalecendo redes de cooperação e garantindo a inserção de alimentos em circuitos institucionais e territoriais (Schneider; Gazolla, 2017). Em processos coletivos o agente articulador trabalha como o elo que integra diferentes partes e promove a comunicação entre elas, garantindo a eficácia das ações e decisões em contextos complexos (Del Prette; Del Prette, 2024). Salientando a importância deste agente para o desenvolvimento de mercados.

Na contramão dos estudos convencionais sobre mercados, surge o estudo de Maciel, Becker e Neske (2019) onde abordaram a contribuição da Nova Sociologia Econômica (NSE) para o mercado da ovinocultura na pecuária familiar, os mesmos elaboram o Quadro 2 onde é apontando as características desta categoria social em relação aos aspectos limitantes dos estudos econômicos e proposições de análise segundo NSE.

Quadro 2 - Contribuições da Nova Sociologia Econômica para o estudo dos mercados da ovinocultura na pecuária familiar

Limitações dos estudos econômicos dos mercados	Proposições da nova sociologia econômica
Falta de integração	Individualismo e “desconfiança” dos pecuaristas familiares.
	<i>Investigações básicas – “em que se encontra enraizada a economia?”</i>
Sazonalidade produtiva	Propensão de adaptação ao ambiente – modos de vida.
	<i>Compreensão dos aspectos culturais e sociais dos pecuaristas.</i>
Falta de modernização	Reprodução social das famílias como lógica de produção e comercialização.

	<i>A quem se destina a modernização da produção ovina?</i>
Relação oferta x demanda	Relações mercantis marcadas pela autonomia dos mercados
	<i>Construção de mercados aninhados e cadeias curtas.</i>
Alto grau de informalidade	Produção para subsistência e trocas de animais.
	<i>Estudo das redes sociais e relações de reciprocidade</i>
Aspectos do território	Vulnerabilidade frente ao avanço de monoculturas e novos mercados.
	<i>Estudo das redes sociais e relações de reciprocidade.</i>

Fonte: Maciel, Becker e Neske (2019).

O quadro 2 reforça a ideia já destacada por diversos autores ao longo desta seção, de que os mercados não são moldados apenas por forças econômicas, mas também por relações sociais, cultura e instituições. Neste sentido, diante das dificuldades enfrentadas, muitos pecuaristas familiares têm buscado alternativas para fortalecer sua posição no mercado por meio de canais coletivos ou em rede. Nesses canais, os produtores se organizam para comercializar seus produtos de forma conjunta, criando estruturas colaborativas que aumentam sua competitividade (Nakatani, 2019). Esse tipo de estratégia está diretamente relacionado às proposições da NSE que destacam a importância das redes sociais e da reciprocidade nas trocas mercantis. Um exemplo prático dessa abordagem é a inserção no mercado institucional, muitas vezes viabilizada por essas redes de produtores, permitindo maior acesso a oportunidades comerciais e melhores condições de negociação.

A inserção dos agricultores familiares no mercado institucional tem sido promovida por meio de organizações coletivas, como associações e cooperativas, que fortalecem sua capacidade de negociação e comercialização. Essas redes de produtores permitem maior estabilidade nas vendas dos produtos, reduzindo a vulnerabilidade dos pequenos agricultores e promovendo o desenvolvimento territorial (Schneider, 2016).

Neste contexto nos últimos anos, políticas públicas têm reconhecido a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional, estimulando a participação desses produtores nos mercados institucionais (Sacco dos Anjos; Caldas; Sivini, 2016). Esse tipo de mercado refere-se à comercialização

de produtos por meio de instituições públicas ou privadas que comprem em grande escala para abastecer programas e atender a demandas específicas, como a alimentação escolar.

Schneider (2016) destaca que os mercados institucionais no Brasil emergem como construções sociais e políticas, exigindo mecanismos de controle democrático, pois operam com recursos públicos. Assim como os mercados convencionais, esta nova forma de configuração de um mercado, não possui um *lócus* físico, sendo impulsionado pela demanda de instituições públicas (Maciel, Becker e Neske, 2019).

Ademais, além de seu impacto econômico, o mercado institucional desempenha um papel estratégico no desenvolvimento dos setores produtivos, na geração de empregos e no fortalecimento das relações comerciais (Montanari, 2024). Sua relevância vai além da simples comercialização, pois possibilita não apenas a geração de renda para os produtores familiares, mas também a reprodução social (Maluf, 2004).

Diferentemente dos canais convencionais, os mercados institucionais de alimentos seguem na contramão da homogeneização alimentar ao priorizarem a aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar (Becker, 2010). Dessa forma, contribuem para a diversificação da produção e para a valorização de sistemas produtivos locais, promovendo sustentabilidade e inclusão social.

A comercialização via mercado institucional impulsiona a pecuária familiar, oferecendo preços justos e garantia de demanda (Zambarda, 2021). Esse modelo de comercialização se revela uma alternativa eficiente para a inserção de pequenos pecuaristas no sistema agroalimentar formal, ao mesmo tempo em que fortalece políticas públicas de segurança alimentar e incentivo à produção local.

Atualmente, há uma perspectiva crescente de que a pecuária familiar possa acessar novos mercados, graças a um processo em andamento de organização para participação nos mercados institucionais do PAA e PNAE (Matte *et al.*, 2016). Segundo Maciel, Becker e Neske (2019) o mercado institucional é um mercado emergente para ovinocultura na pecuária familiar representando uma alternativa viável para a comercialização da sua produção.

Dessa forma referido estudo se insere precisamente neste contexto, haja vista que a partir de um produto, no caso, a carne ovina, se articulam uma série de instituições para viabilizar o acesso à alimentação escolar na rede municipal de ensino de Arroio Grande.

2.3 Contexto e potencialidades do PNAE

É consenso que o PNAE desempenha um papel fundamental no fortalecimento da pecuária e agricultura familiar, ao garantir a compra direta de alimentos produzidos por pequenos produtores para a alimentação escolar.

Essa política pública está inserida em um contexto histórico de combate à desnutrição infantil, cujas primeiras iniciativas no Brasil remontam à década de 1930. No entanto, foi somente no início da década de 1950 que a alimentação escolar começou a ser estruturada como um programa público específico. Nesse processo, um marco importante foi à criação do Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), em 1954, sob a responsabilidade da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que, após atuar de forma autônoma, passou a integrar o Ministério da Educação (MEC) em 1955 (De Paula, 2013).

O Programa que conhecemos hoje foi estabelecido em 1979, mas foi somente com a promulgação da Constituição de 1988 que o direito à alimentação escolar para todos os alunos do ensino fundamental foi garantido, como parte integrante da política educacional. Em 1993, teve início o processo de descentralização dos recursos financeiros destinados ao PNAE para os estados e municípios, visando aprimorar seu desempenho. Esse processo incluiu mudanças na forma de compra, a implementação da produção alternativa de alimentos e o uso de produtos locais in natura e semielaborados, o que contribuiu para melhorar a aceitação das refeições e diversificar os cardápios (Carvalho, 2009).

No ano 2000 ocorreu a criação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), composto por representantes civis, alunos, pais e outros com objetivo de fiscalizar o PNAE nas escolas (Lopes, 2021). A obrigatoriedade de uma nutricionista como responsável técnica no programa foi estabelecida no ano 2006, com intuito de estabelecer uma alimentação que atenda às necessidades nutricionais dos estudantes (Ferreira *et al.* 2019).

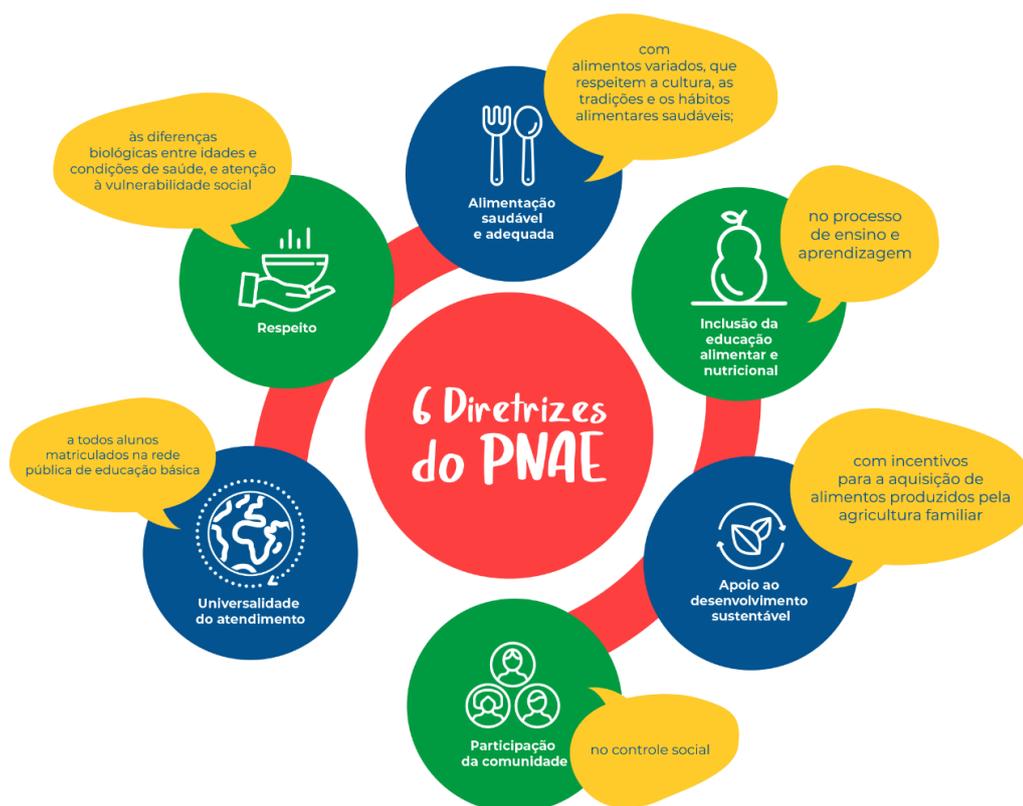
Em 2009 ocorreu a determinação que no mínimo 30% dos recursos do PNAE devem ser destinados à compra de alimentos provenientes de unidade produtoras familiares locais (Brasil, 2009). Essa ação abriu um novo canal de comercialização local ao agricultor e pecuarista familiar. De acordo com Chiesa (2018) ao longo dos

anos o PNAE foi sendo modificado e melhorado, o que facilitou maior acesso aos benefícios.

Segundo a Secretaria de Agricultura familiar o PNAE atende 47 milhões da educação básica da rede pública, beneficiando 250 mil famílias da agricultura familiar com a compra de seus produtos, dados do período da pandemia da Covid - 19 (Mizuno, 2020).

As diretrizes do PNAE estacam a promoção de práticas alimentares saudáveis e a oferta de alimentos que respeitem a cultura local, priorizando a aquisição de produtos da agricultura familiar, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades (FNDE, 2020). Em 2023 houve mudanças no que diz respeito as diretrizes do programa, conforme a figura 4.

Figura 4 - Organograma ilustrativo apresentando as diretrizes do PNAE.



Fonte: CI Orgânicos (2023).

Segundo a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME, 2024) nas novas diretrizes foi reforçado o apoio à agricultura familiar com a reinstituição do Comitê Gestor e do Grupo Consultivo no âmbito do PNAE. Esses grupos foram estabelecidos pela Portaria nº 219/2023, com o objetivo de aprimorar a

integração entre o programa e os pequenos produtores. Houve reforço na valorização de práticas alimentares regionais, com ênfase no combate à insegurança alimentar e nutricional, promovendo maior diversidade e inclusão na oferta alimentar. Com a derrubada de vetos presidenciais, tornou-se obrigatória a regulamentação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) em cada ente federativo, fortalecendo o monitoramento e a fiscalização do programa. A transparência e o controle social foram ampliados com a inclusão de medidas que aumentam a participação das comunidades escolares na formulação e execução do programa, além de auditorias mais rigorosas para o uso dos recursos.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento na educação (FNDE), o PNAE tem o papel de oferecer alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassava a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em dez parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de duzentos dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. Porém, recentemente ocorreu o anúncio da redução do número de parcelas referentes ao repasse de recursos do programa que passaram a ser oito parcelas, a mudança foi formalizada na Resolução CD/FNDE nº 7, publicada em 2 de maio de 2024 (UNDIME, 2024).

Após seis anos sem alterações, os valores per capita destinados à alimentação escolar foram reajustados. O Quadro 3 demonstra um comparativo com os reajustados valores repassados pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno, que é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino.

Quadro 3 - Modalidade de ensino e os valores repassados pela União para a Alimentação Escolar em 2024.

Modalidade de ensino	Valor Anterior (R\$)	Valor Novo (R\$)	Reajuste
Creche	1,07	1,37	28 %
Pré-escola	0,53	0,72	35 %
Escolas indígenas e quilombolas	0,64	0,86	35 %
Ensino fundamental e médio	0,36	0,50	39 %
Educação de jovens e adultos	0,32	0,41	28 %
Ensino integral	1,07	1,37	28 %
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	2,00	2,56	28 %

Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno	0,53	0,68	28 %
--	------	------	------

Fonte: FNDE (2024).

Os valores de reajuste variaram de 28% até 39% beneficiando cerca de 40 milhões de estudantes em todo o país. O aumento visa recompor o poder de compra dos recursos federais destinados à alimentação escolar, garantindo refeições de qualidade e promovendo hábitos alimentares saudáveis entre os alunos (Brasil, 2024).

Nesse sentido o PNAE é reconhecido como um dos programas de alimentação escolares mais abrangentes do mundo, destacando-se pela gratuidade das refeições e pela cobertura universal, sendo também uma estratégia essencial para promover a Segurança Alimentar e Nutricional (Saraiva *et al.*, 2013; Toyoyoshi *et al.*, 2013).

Com a garantia mínima de 30% do valor repassado pela União para PNAE serem direcionados à compra de alimentos produzidos por agricultores e pecuaristas familiares locais possibilitou aumento na produção. Como mostra a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano 2023, onde foi encontrado um aumento médio de 32,6% no Valor Bruto da Produção (VPB) dos agricultores familiares participantes do programa. Isso representa um aumento de R\$ 8.590,00 no VBP das unidades da pesquisa.

O PNAE é uma importante política pública para o fortalecimento da agricultura familiar, contribuindo para a geração de renda no campo e para a valorização de alimentos locais e culturais, além de promover a segurança alimentar e nutricional dos estudantes (Custódio *et al.* 2011).

De acordo com De Sousa (2019), o PNAE possibilitou a valorização da produção local e/ou regional, ecológica e/ou orgânica, além da ressignificação dos produtos da agricultura familiar ao promoverem novos atributos de qualidade associados aos valores socioculturais que caracterizam o meio rural brasileiro.

Por sua vez, Morais *et al.* (2016) pesquisaram o PNAE como estratégia de inclusão produtiva, onde identificaram que o Programa possibilita a dinamização dos negócios oriundos dos agricultores familiares, fortalecendo cadeias de valor, elevando a renda e a inclusão econômica. Conforme Nunes *et al.* (2018) é evidenciado em seu estudo a importância da ampliação e da continuidade do PNAE,

considerando que este mecanismo de política tem contribuído no sentido de gerar uma economia mais inclusiva no âmbito da agricultura familiar.

Segundo a pesquisa do IPEA (2023) o PNAE é considerado componente essencial para estratégias de desenvolvimento local, ressaltando para a importância de priorizar a agricultura e pecuária familiar em políticas de compras públicas de alimentos, como o PNAE, para promover a inclusão produtiva e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das regiões com baixa dinamicidade econômica.

Girardi (2018) afirma que a inclusão de alimentos regionais e da sociobiodiversidade no cardápio das escolas contribui para o aumento da produção agrícola familiar; valorização dos produtos locais; estímulo à economia local; ampliação da qualidade da alimentação escolar; promoção da biodiversidade local; conservação de recursos naturais. Dessa forma, a inserção de alimentos tradicionais locais na alimentação dos estudantes torna a refeição mais atrativa e ajuda na promoção dos produtos regionais.

Acredita-se que estudar como a inserção da carne ovina na merenda escolar através do PNAE irá possibilitar entender as dinâmicas de funcionamento e estruturação do programa possibilitado identificar as dinâmicas eficientes e replicá-las, bem como também determinar as dinâmicas que são falhas e corrigir em próximas iniciativas.

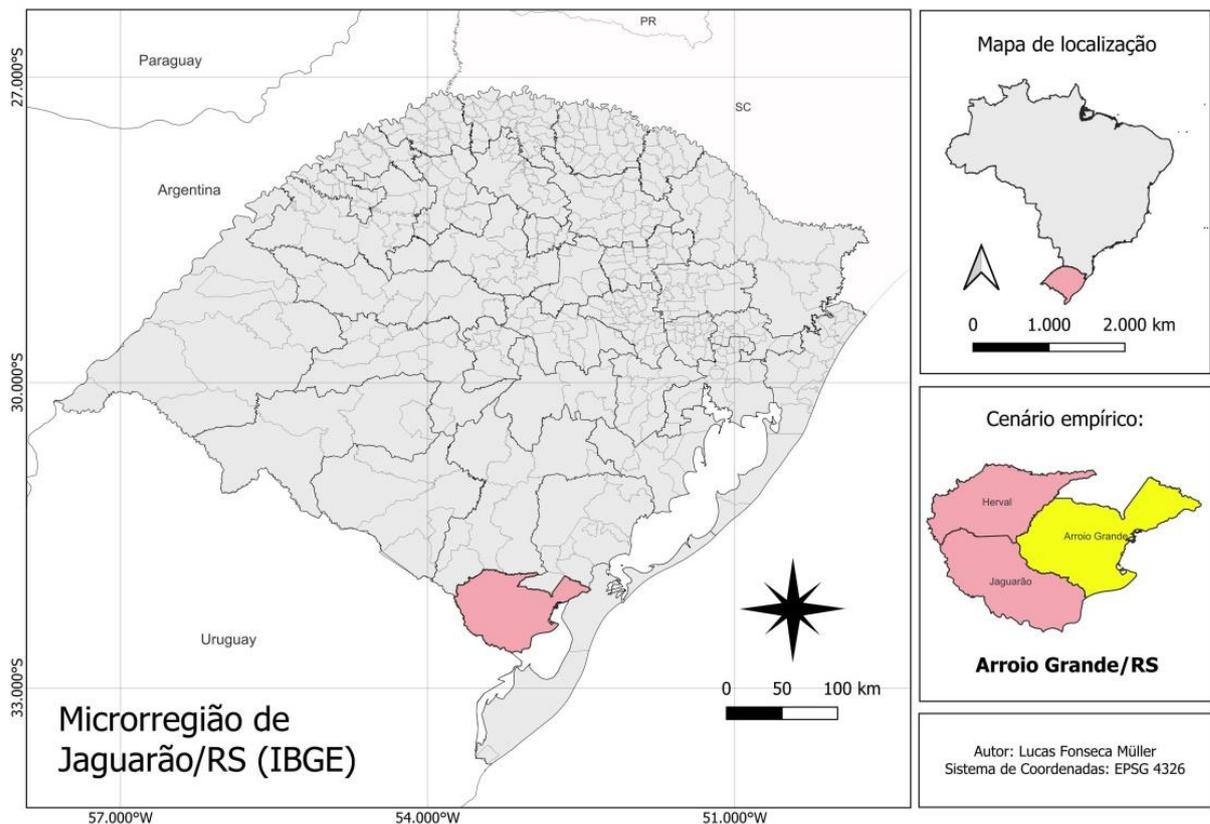
3 METODOLOGIA

Na presente seção serão apresentadas as etapas metodológicas que foram utilizadas no desenvolvimento da pesquisa compreendendo seu universo de análise, procedimentos metodológicos e análise dos dados.

3.1 Universo de análise

A pesquisa foi realizada no município de Arroio Grande, RS, localizado no extremo sul do Brasil (figura 5), cuja fundação ocorreu em 1803. Segundo o IBGE (2022), o município possui 17.558 habitantes, uma área total de 2.509 km², com uma densidade demográfica de 7 habitantes/km², uma baixa densidade populacional em comparação ao resto do RS. A escolha deste município como objeto de estudo fundamenta-se no fato de que o autora é natural do município e nele reside, além de uma iniciativa do projeto ter sido concebida e desenvolvida no próprio município.

Figura 5 - Mapa ilustrativo da localização do município de Arroio Grande/RS



Fonte: IBGE, 2022.

O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de Arroio Grande foi R\$ 62.222,04 (IBGE, 2022) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,657 (Sistema Estadual de Cultura, 2022). O setor agropecuário tem papel significativo no processo de desenvolvimento econômico do município, correspondendo a 83% do PIB. Em 2023, foram plantadas 65.380 hectares de soja e 25.750 hectares de arroz, correspondendo a 36,32% área agrícola do município, sendo consideradas as principais fontes de arrecadação do município (Prefeitura Municipal de Arroio Grande, 2023).

Quanto à pecuária, de acordo com dados da Inspetoria Veterinária do município, foram contabilizadas 105.000 cabeças de bovinos, 27.944 de ovinos e cerca de 5.000 equinos no ano de 2023, o que indica que o número de animais vem diminuindo no município. De acordo com estudo recente de Sacco dos Anjos e Santos (2020), na região a pecuária tem perdido espaço para monoculturas devido à migração de agricultores do norte e noroeste, atraídos pelas extensões de terra e pelo preço baixo.

A agricultura e pecuária familiar auxiliam na diversidade da matriz produtiva do município, tem papel significativo no desenvolvimento local. De acordo com o Sindicato Rural de Arroio Grande, 80% das hortaliças produzidas no município são oriundas de unidades familiares. Segundo o IBGE (2017), dos 961 estabelecimentos agropecuários de Arroio Grande, 682 são estabelecimentos familiares, equivalente a cerca de 70% dos estabelecimentos agropecuários municipais. Na tabela 1, é demonstrado o número de estabelecimentos agrícolas e área destinada à categoria familiar na microrregião de Jaguarão, onde o município de Arroio Grande está inserida geograficamente.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agrícolas e área da agricultura familiar nos municípios que compõem a microrregião de Jaguarão, Rio Grande do Sul.

Municípios	Estabelecimentos				Área			
	2006		2017		2006		2017	
	Qtidade.	%	Qtidade.	%	ha	%	Há	%
Arroio Grande	561	68,0	682	70,9	23.102	15,7	27.102	13,3
Herval	916	77,9	862	75,5	33.217	22,5	35.423	29,2
Jaguarão	440	65,2	355	57,8	16.245	9,5	16.576	8,9

Fonte: Censo Agropecuário (2006; 2017).

Conforme a tabela 1 é possível observar que o número de estabelecimentos da agricultura familiar em Arroio Grande, RS aumentou entre os dois Censos, tanto em termos proporcionais quanto em números absolutos. Os estabelecimentos não familiares também aumentaram o número entre os dois censos, juntamente com a área ocupada. Não obstante, a área ocupada diminuiu sua participação relativa em 2017, o que demonstra que apesar de haver mais agricultores familiares a área média tende a ser menor. Esse fenômeno de aumento dos novos agricultores pode ser atribuído à sucessão familiar e a divisão de propriedade em lotes destinada à venda, gerando assim novos estabelecimentos agropecuários (Sant'Ana; Sant'Ana, 2021).

3.2 Procedimentos metodológicos e análise dos dados

O presente estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa que se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2014). O estudo classifica-se como descritivo possibilitando observar e detalhar um fenômeno, descrevendo sua realidade (Mattos *et al.*, 2017). Por fim, terá caráter interpretativo, para interpretar informações coletadas ao longo do estudo (Gil, 2008).

Durante a construção da pesquisa, através de uma revisão bibliográfica buscou-se maiores informações em relação ao tema. A revisão bibliográfica consiste em um processo de levantamento, análise e descrição de informações científicas sobre trabalhos de autores relacionados ao tema (Oliveira, Ferreira, 2014). Igualmente, procedeu-se uma pesquisa documental em fontes secundárias como, por exemplo, Censo Agropecuário, relatórios da Inspeção Veterinária Municipal, Emater/RS-Ascar, *site* do município e reportagens que abordam o tema.

Após uma leitura dos instrumentos de pesquisa qualitativa existentes e de acordo com os objetivos do estudo, optou-se pela utilização da entrevista semiestruturada focalizada, na qual há um roteiro a ser seguido para conduzir a entrevista visando obter os dados de interesse do pesquisador (Marconi; Lakatos, 2002).

Cumprido destacar que a entrevista é o instrumento de coleta de dados qualitativo mais usual a campo, com auxílio da mesma, o pesquisador busca obter informações contidas nas falas dos atores sociais (Minayo, 2014). Por sua vez, a modalidade de entrevista estruturada constitui-se dois roteiros preestabelecidos, um para os mediadores e outro para o produtor (Araújo, 2001). Quanto ao gênero de entrevista focalizada, o entrevistado fala livremente, porém com foco em uma temática específica (Magalhães, 2014). Salienta-se que os roteiros de questões utilizados nas entrevistas estão disponíveis nos apêndices A e B.

As entrevistas foram direcionadas aos informantes-chave, que são indivíduos bem informados, ou seja, pessoas com extensos contatos e envolvimento ativo na comunidade, ou aqueles que possuem um conhecimento especializado, informações fornecidas e abrangentes sobre um sistema, serviço ou outro tema específico de interesse para o projeto (Schensul, 2004). No nosso caso, esses informantes-chave seriam aqueles que teriam atuado ativamente durante o processo de concepção e execução do Projeto de Inserção de carne ovina na alimentação escolar desempenharam papéis de mediadores, articuladores e intermediários.

Para a coleta dos dados em campo foi utilizado um gravador, é um aparelho que permite o registro e a reprodução de informações e também utilizará de um diário de campo que de acordo com Minayo (2009), é um instrumento que possibilita registrar observações, reflexões e impressões do pesquisador durante o trabalho de campo.

A partir das informações obtidas, através de pesquisas e inserção a campo preliminares, identificaram-se os seguintes informantes-chave: i) o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; ii) Nutricionista responsável pelo PNAE; iii) Representante das escolas; iv) representante da Emater/RS-Ascar e, v) o pecuarista familiar.

No que tange às informações qualitativas, estas foram transcritas e digitalizadas para, a partir dessa organização inicial, proceder com a análise de discurso segundo Bardin (2016). Neste sentido, foi elaborado um banco de dados sobre o qual procedeu-se a análise das variáveis de interesse.

Para auxiliar na compreensão dos distintos caminhos metodológicos elaborou-se o Quadro 4. Por meio deste elemento gráfico, apresentado à continuação, é possível visualizar os objetivos (geral e específicos), os instrumentos de coleta dos dados e os respectivos métodos de análise.

Quadro 4 - Síntese dos objetivos, instrumentos de coleta e métodos de análise da pesquisa

Objetivo geral	Objetivos específicos	Instrumento de coleta	Método de análise de dados
Analisar a estruturação e os efeitos do projeto de inserção da carne ovina no PNAE no município de Arroio Grande, RS.	Compreender como ocorreu o arranjo institucional do projeto municipal de fornecimento de carne ovina dos pecuaristas familiares para o PNAE.	Análise de documentos e entrevista semiestruturada	Análise de discurso
	Identificar e caracterizar os agentes e instituições envolvidas no projeto.	Entrevista semiestruturada	Análise de discurso
	Verificar os efeitos do projeto na ovinocultura familiar local.	Análise de documentos e entrevista semiestruturada	Análise de discurso
	Apurar quais os desafios e perspectivas do projeto segundo os distintos atores sociais envolvidos.	Entrevista semiestruturada	Análise de discurso

Fonte: Autora (2025).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão apresentados os resultados do estudo a partir de uma análise de discurso dos entrevistados e discutidos através de dados presentes na literatura. A estrutura inicia com descrição perfil dos entrevistados, sendo na sequência realizada uma apresentação dos tópicos pecuária familiar, PNAE em Arroio Grande e culminando com a estruturação do projeto de inserção de carne ovina no município.

4.1 Perfil dos entrevistados

Inicialmente buscou-se entrevistar os participantes do projeto de inserção de carne ovina através do PNAE no município de Arroio Grande, RS. As entrevistas foram realizadas no formato presencial no município de Arroio Grande, no período de novembro a dezembro de 2024, os entrevistados foram enumerados 1 a 5. O perfil dos entrevistados será ilustrado no quadro 5, com suas respectivas idades, sexo, escolaridade e ocupação.

Quadro 5 - Perfil dos participantes do projeto de inserção de carne ovina através do PNAE em Arroio Grande, RS

Entrevistado	Idade	Sexo	Escolaridade	Ocupação
1	47	Masculino	Técnico	Presidente do STRAG
2	43	Feminino	Pós-graduação	Nutricionista
3	53	Masculino	Ensino Fundamental	Pecuarista Familiar
4	46	Masculino	Graduação	Extensionista
5	39	Feminino	Pós- graduação	Professora

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

Em relação ao perfil dos entrevistados, as idades variam de 39 a 53 anos, sendo três indivíduos do sexo masculino e dois do sexo feminino, quanto a escolaridade variou de ensino fundamental até pós-graduação.

Em relação produtor, buscou-se saber sobre sua vivência no campo, a fim de entender qual é o perfil deste pecuarista integrante do projeto.

[...] Minha família é toda do meio rural, meus avós eram pecuaristas, meus pais também. Eu já tive 400 cabeças de ovelha, hoje reduzi bastante o número, além da pecuária hoje eu arrendo parte da minha propriedade para soja. Sou vice presidente do STRAG essa função me exige bastante tempo, saio muito para eventos e cursos. São 76 hectares de campo é só eu minha esposa que lidamos (Entrevistado 3, nov. 2024).

Conforme Wilkinson (2008) a pecuária familiar, é mais do que uma atividade econômica, é uma herança cultural transmitida de geração em geração, com práticas, conhecimentos e valores que reforçam a identidade e a sobrevivência das famílias rurais no campo. Concordando também com Silva e Sacco dos Anjos (2022), que relata que a maioria dos pecuaristas familiares do extremo sul se dedica à atividade durante toda a vida, pois a profissão é frequentemente transmitida ao longo das gerações.

A afirmação do produtor que a pecuária não é a única atividade que o mesmo executa confirma o que Schneider (2003) indica, onde os pecuaristas familiares frequentemente combinam a atividade pecuária com outras práticas para complementar renda, como a agricultura, o artesanato, arrendamento de parte da propriedade, trabalho como assalariado rural, turismo rural e entre outras atividades, o que garante maior estabilidade econômica e reduz a vulnerabilidade às oscilações do mercado.

Durante as entrevistas os respondentes foram questionados se o segmento onde os mesmos atuavam tinham relação com a produção agropecuária, com alimentação escolar e com políticas públicas. O resultado é apresentado por meio do quadro 6. Analisando as informações é possível verificar que dos cinco entrevistados quatro responderam que tinham contato com a produção agropecuária e apenas um respondeu que não tinha. Todos responderam que tinham relação ao tema alimentação escolar e quatro responderam que tinham contato com temas ligados a políticas públicas e apenas um respondeu que não possuía essa ligação.

Quadro 6 - Relação do setor que atua com produção agropecuária, alimentação escolar e políticas públicas

Entrevistado	Produção agropecuária	Alimentação Escolar	Políticas Públicas
---------------------	------------------------------	----------------------------	---------------------------

1	Sim	Sim	Sim
2	Sim	Sim	Sim
3	Sim	Sim	Sim
4	Sim	Sim	Sim
5	Não	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

Quando questionados quais temas em relação a políticas públicas foram citados o PNAE, PAA e Pronaf. O PNAE e o PAA são políticas públicas que garantem o fortalecimento das cadeias produtivas locais, segurança alimentar e dinamizando a econômica rural, através do mercado institucional (Maluf *et al.*, 2015). Enquanto o Pronaf é uma das principais ferramentas de inclusão produtiva, ao viabilizar o acesso ao crédito, promove à sustentabilidade econômica no campo, aumentado a produtividade e reduzido às desigualdades no meio rural (Schneider, 2016). Ambas as políticas públicas citadas pelos entrevistados têm como premissa o fortalecimento da agricultura e pecuária familiar e o desenvolvimento local.

Ao produtor também foi questionado quais atividade o mesmo realizava na propriedade, sendo citada a ovinocultura e a bovinocultura, além de destinar uma parte da propriedade para o arrendamento para a produção de soja. Acreditamos que esse relato do produtor não é uma situação isolada, o avanço da soja na região é grande e vem alterando a matriz produtiva, ocupando áreas que antes eram destinadas a pecuária e agricultura familiar, corroborando com os achados de Silva e Sacco dos Anjos (2020) e com os dados de rebanho do IBGE (2022).

O relato do produtor de possuir em sua propriedade o consórcio ovinocultura e a bovinocultura é uma pratica rotineira nas unidades familiares. De acordo Maia (2022) a integração de bovinos e ovinos em sistemas de produção é uma prática frequente na pecuária familiar, especialmente em áreas de pequena escala, onde a diversificação de atividades agropecuárias permite otimizar o uso dos recursos disponíveis, como terra e mão de obra, além de contribuir para a geração de renda e a sustentabilidade do sistema produtivo.

4.2 Pecuária familiar

No bloco direcionado ao setor da pecuária familiar, as perguntas enfatizaram a ovinocultura familiar. Ao pecuarista familiar, foi questionado o motivo de criar ovinos, e ele respondeu que essa atividade está em sua família há gerações. Em sua propriedade de menos de dois módulos fiscais, herdada do pai, ele pratica a ovinocultura com o apoio da esposa, mantendo atualmente um rebanho de 50 ovinos.

O módulo rural ou fiscal, conforme estabelece o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), é uma unidade que mensura as dimensões de propriedades familiares, representando a área mínima de terra calculada para cada imóvel rural (Brasil, 1964). No município de Arroio Grande, o módulo fiscal corresponde a 40 hectares (ha). Em propriedades menores, a ovinocultura mostra-se uma alternativa rentável, pois é possível alocar até 0,5 a 10 ovinos por hectare, dependendo da raça. Conforme sugerido por Da Silva e Nascimento Junior (2006) em pastagens naturais de baixa produtividade a taxa de lotação pode variar entre 0,5 a 5 ovinos por hectare. Já em pastagens cultivadas e bem manejadas, essa taxa pode chegar a 10 ovinos por hectare ou mais.

Ao serem questionados sobre como enxergavam a produção de ovinos no município, os entrevistados destacaram diversas percepções sobre o cenário local da atividade.

A produção de ovinos no município teve ciclos muito fortes tanto da lã como da carne, historicamente é um município que já teve mais de 100 mil cabeças de ovinos e atualmente tem em torno de 25 a 30 mil cabeças declarados pela inspetoria veterinária. Até hoje se sofre com a crise histórica da lã, não se consegue pagar o esquilador com a lã das ovelhas, mesmo sendo uma lã de qualidade (Entrevistado 4, dez. 2024).

Apesar da crise histórica da lã ter ocorrido na década de 1980, até os dias atuais os ovinocultores enfrentam dificuldade. Resultado de fatores como a perda de competitividade no mercado internacional, a baixa valorização do produto no mercado interno e a ausência de políticas públicas eficazes para o setor. Esses entraves comprometem a sustentabilidade econômica da atividade, tornando difícil até mesmo a cobertura de custos básicos, como o pagamento dos esquiladores (Novaes Sobrinho, 2007), o que contribui para a diminuição do número de cabeças de ovinos na microrregião de Jaguarão, RS, De acordo com os dados IBGE de dos anos 1992 até 2022 ocorreu uma queda de 76,2% no número de cabeça de ovinos.

Pra mim a ovinocultura é minha referência de vida inteira, só não trabalho ainda mais em prol da ovinocultura por causa dos meus outros compromissos. Em relação ao município vejo que diminui bastante comparado quando eu era criança, mas acredito que vai voltar a crescer, espero que a inserção da carne ovina na merenda ajude aos ovinocultores se manter na atividade (Entrevistado 1, nov. 2024).

Conforme Silva (2024) esforços para a modernização da atividade, melhorar a qualidade da carne e da lã e ampliar o acesso a mercados irá proporcionar novas oportunidades para os produtores e fortalecimento do setor. Coincide com essa perspectiva ao passo que ovinocultura consiga se organizar como cadeia produtiva e enfrentar os desafios que vem a acompanhando desde a crise da lã.

Ainda no cenário da ovinocultura, no município foram questionados sobre a quantidade de ovinocultores, quatro entrevistados afirmaram que diminuiu e um não soube responder.

Diminuiu muito o número de ovinocultores, tem vários fatores que influenciaram para que diminuísse o número e o tamanho do rebanho dentre eles o abigeato, a falta de espaços de comercialização, o avanço da área planta de soja na nossa região, esses sojicultores avançaram sobre a nossas propriedades, utilizando os espaços onde antes era destinado à criação pecuária. Vejo que os rebanhos são menores, muitos para o consumo próprio e muitos desses pecuaristas realizam outras atividades, que a pecuária não é a única fonte de renda (Entrevistado 1, nov. 2024).

Corroborando com Viana; Revillion e Silveira (2013), a sazonalidade produtiva, baixa taxa de natalidade, baixa uniformidade de carcaças, abate informal e clandestino e inexistência de programas informativos sobre a qualidade da carne ovina são os principais aspectos limitantes a organização do setor. Outro fator que contribui para que a diminuição do rebanho e a competição como monoculturas, agricultores vindos do norte e noroeste do estado do RS, se deslocam para região do extremo sul do estado em busca de terras mais baratas para plantar soja, ocupando espaços que antes eram destinados à pecuária (Silva; Sacco dos Anjos, 2020).

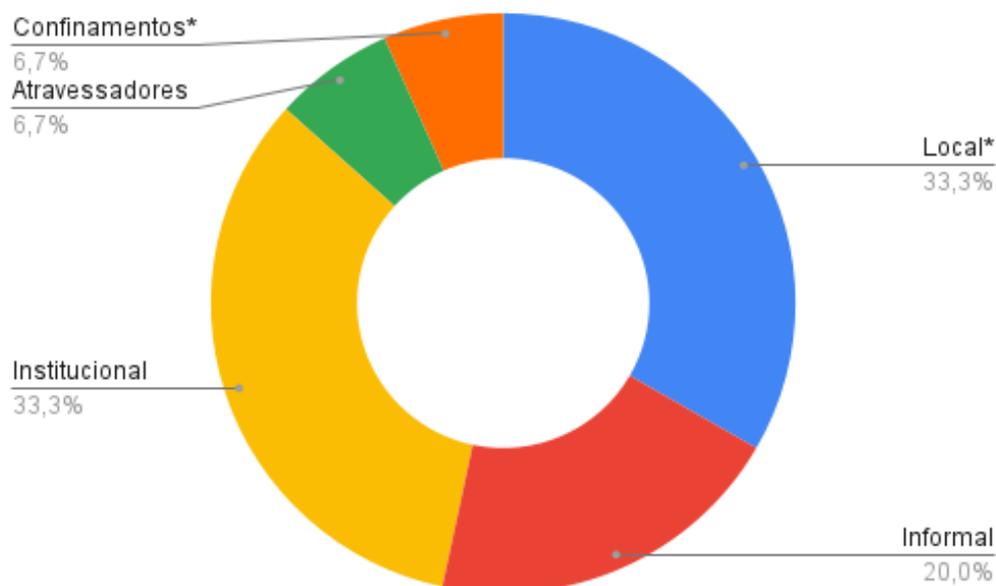
Os rebanhos menores na pecuária familiar podem ser justificados também devido à criação de gado não ser a única atividade executada pelo pecuarista, muitos são assalariados rurais executado trabalhos fora da propriedade para completar renda. Neste sentido, Matte *et al.* (2019) asseveram que o pecuarista

executa uma diversidade de atividades, as quais contemplam a gestão dos recursos produtivos, na organização do trabalho e em estratégias de reprodução social que garantem sua continuidade ao longo das gerações

Considerada por todos os entrevistados com uma atividade com relevância para o desenvolvimento local. A ovinocultura é um dos pilares para o desenvolvimento econômico e social de muitas regiões rurais, proporcionando fontes de renda, emprego e estabilidade financeira para pequenos produtores (Martins, Magalhães, Souza, 2016).

A construção de canais comercialização eficientes e acessíveis proporciona ao pecuarista uma melhor remuneração, amplia as oportunidades de escoamento da produção, fundamentais para o sucesso econômico da atividade (Cunha, 2005). Nesse sentido, foi elaborado um gráfico de acordo com o conhecimento dos entrevistados sobre os tipos de mercado da ovinocultura que os mesmo conheciam, conforme a figura 6.

Figura 6 - Conhecimento dos entrevistados sobre mercados da carne ovina existentes no município de Arroio Grande, RS



*Local: pontos de comercialização no município. **Confinamento: local onde os animais são alimentados com ração ou/com silagem até o abate.

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

A falta de acesso de mercados mais amplos ainda são desafios para garantir melhores preços e competitividade aos ovinocultores, desenvolvimento de cadeias

curtas locais e a inserção no mercado institucional são alternativas para sustentabilidade da cadeia, conforme sugere Matte *et al.* (2016).

A limitação da oferta do produto no mercado, a comparação ao preço relativamente alto em comparação a outras proteínas animais e ao desconhecimento da população em relação aos cortes e formas de preparo, faz com que o consumo dessa proteína seja baixo (Polli *et al.*, 2020).

A população consome carne de ovelha, mas vejo que é mais em churrasco em datas festivas. Acho que talvez pela falta da diversificação de corte e cortes mais práticos. Estamos cada vez mais ocupados, já imaginou chegar em casa à noite e ter que descarnar uma paleta de ovelha pra fazer, não é algo fácil e é o jeito que costumamos encontrar pra comprar aqui na cidade é o corte inteiro (entrevistado 1, nov. 2024).

O consumo da carne ovina é mais elevado durante épocas festivas e eventos específicos, como as festas de fim de ano e datas comemorativas, quando o consumo de carnes variadas tende a aumentar. Isso é impulsionado, em parte, pela tradição e hábitos culturais, sendo um consumo mais sazonal e não contínuo ao longo do ano (Dos Santos *et al.*, 2020).

4.3 PNAE em Arroio Grande

O PNAE prevê em suas diretrizes a aquisição de alimentos da agricultura e pecuária familiares, surge como uma alternativa promissora para impulsionar a ovinocultura no município. A inserção da carne ovina na merenda escolar pode não apenas garantir mercado para os pequenos produtores, mas também contribuir para a valorização dessa proteína, promovendo sua inclusão nos hábitos alimentares da população desde cedo.

Com objetivo de apurar o conhecimento dos entrevistados sobre o programa, foram questionados como conheceram o PNAE, três responderam que foi no trabalho e dois responderam que foi durante o período da faculdade. Através do PNAE a população escolar tem acesso a uma alimentação balanceada e nutritiva, que não só favorece o aprendizado, mas também contribui para a redução das desigualdades alimentares entre os estudantes das redes públicas de ensino (Silva, 2019).

A avaliação por parte dos entrevistados quanto ao PNAE em Arroio Grande varia de bom a ótimo, indo ao acordo com a pesquisa de Vinha (2022) que constatou uma percepção positiva em relação à qualidade e importância da alimentação oferecida nas escolas.

Uma das diretrizes fundamentais do PNAE é a obrigatoriedade de que, no mínimo, 30% dos recursos destinados à alimentação escolar sejam aplicados na aquisição de produtos da agricultura familiar, o que não só fortalece a economia local, mas também promove a alimentação saudável e sustentável para os estudantes (Ferreira, Caruso, 2022).

Vejo como uma ferramenta essencial, porque se não tiver essas obrigatoriedade não seria feita a compra desses produtores. E os 30% auxiliam para a manutenção dos agricultores familiares no campo, penso que se minha mãe lá quando eu era criança tivesse acesso ao mercado institucional talvez ela não tivesse vendido nossa propriedade no interior das palmas para comprar uma mais próxima da cidade para ficar mais fácil comercializar nossa produção (Entrevistado 1, nov. 2024).

O PNAE se apresenta como uma política pública essencial para o fortalecimento da agricultura e pecuária familiares, oferecendo aos pequenos produtores oportunidades concretas de comercialização e garantindo aos estudantes o acesso a uma alimentação nutritiva e de qualidade. Além disso, o programa desempenha um papel crucial na manutenção das famílias no campo, promovendo o desenvolvimento rural sustentável e contribuindo para a redução das desigualdades sociais.

4.4 Projeto de Inserção de carne ovina no PNAE

O projeto de inserção de carne ovina na merenda escolar em Arroio Grande através do PNAE teve início em 2023, despertando interesse sobre o seu dinamismo tanto de estruturação como funcionamento. Para entender como o projeto começou questionou-se os entrevistados sobre como conheceram o projeto, quatro dos entrevistados obteve a informação através do STRAG, apenas um entrevistado soube da informação via SMEAG.

Os sindicatos desempenham um papel importante como agentes de informação, pois não apenas defendem os direitos dos trabalhadores, mas também

atuam na divulgação de conhecimento relevante sobre políticas públicas, legislações trabalhistas e outros temas essenciais (Andrade, 2024).

Ao serem questionados quem foi o principal articulador do projeto, dois responderam que foi STRAG, dois responderam que foi STRAG junto com SMEAG e um respondeu que todos foram articulador que não teve um principal.

[...] Esse projeto é uma operação que deve se trabalhar com pilares, o produtor, a SMEAG e o STRAG com EMATER. Sempre trabalhando em parceria e nunca nenhuma agente querer se sobressair pelo outro, todos somos articuladores e importante nesse mercado que está se abrindo para carne ovina, ninguém pode ter a vaidade de ser o pai da criança (Entrevistado 4, dez. 2024).

Um agente articulador é fundamental para a mediação de processos coletivos, sendo o elo que conecta diferentes partes e facilita a comunicação entre elas, o que garante a efetividade de ações e decisões em contextos complexos (Del Prette; Del Prette, 2024). Em redes colaborativas, a presença de múltiplos agentes articuladores é fundamental, pois permite uma gestão mais eficaz das interações e amplia a capacidade de negociação e implementação de soluções (Gomes; Barbosa; Ferla, 2016).

Corroborando com Schneider e Gazolla (2017), os articuladores desempenham um papel estratégico na construção de mercados diferenciados para a agricultura familiar. Atuando como intermediários entre diferentes agentes da cadeia produtiva, como produtores, consumidores, instituições públicas e privadas, e organizações sociais. Eles são responsáveis por facilitar a comunicação, organizar redes de colaboração e promover a integração entre os diversos elos do sistema, garantindo maior eficiência e sustentabilidade na produção, distribuição e consumo de alimentos.

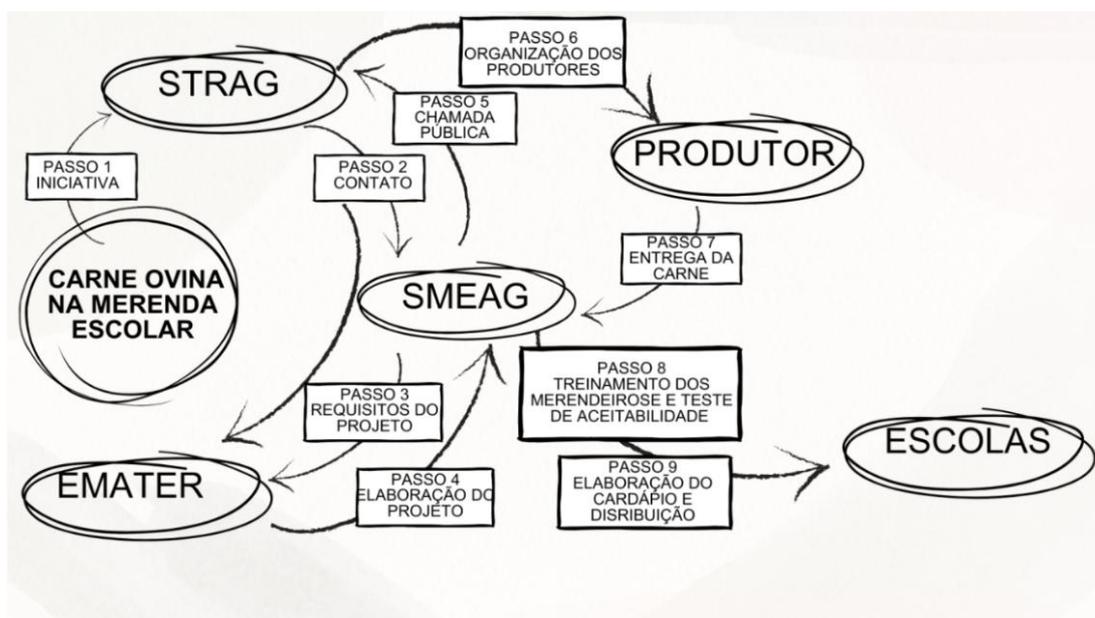
Durante as entrevistas buscou-se entender a estruturação do projeto, quais foram os passos, quem foram os participantes e qual o papel de cada um. Conforme relatado pelos entrevistados o projeto começou no último trimestre de 2023, com as primeiras reuniões que buscavam alinhar o projeto.

Achei que a iniciativa era enriquecedora, gostosa porque é uma carne com um sabor muito bom. Então nos reunimos aqui na secretária de educação, eu, representante da EMATER, o presidente do sindicato e o produtor o seu Flávio, posteriormente conversei com meu secretário de educação naquela ocasião e o mesmo autorizou a compra. Eu fiz os requisitos que devem constar no projeto, a Emater

escreveu o projeto e o setor compras da secretaria de educação realizou a chamada pública (Entrevistado 2, dez. 2024).

Para melhor entendimento de todas as etapas relacionadas com a estruturação do projeto elaborou-se a figura 6, na qual é detalhada em passo a passo até chegar às escolas da rede municipal de Arroio Grande.

Figura 7 - Estruturação do projeto de inserção de carne ovina nas escolas em Arroio Grande



Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

A figura 7 apresenta a estruturação e funcionamento do projeto de inserção da carne ovina na merenda escolar, destacando as etapas e os agentes envolvidos no processo.

Passo 1: a iniciativa do projeto de inserção de carne ovina na merenda escolar partiu dos esforços STRAG.

Passo 2: o STRAG entrou em contato com SMEAG e EMATER, buscando apoio para o projeto.

Passo 3: a SMEAG realizou pesquisas em relação aos benefícios do consumo de carne ovina, buscas pelo preço pago no mercado local e a partir dessas informações elaborou os requisitos para o projeto e repassou a EMATER.

Passo 4: a EMATER elaborou e escreveu o projeto com base nas exigências estabelecidas pela nutricionista responsável do PNAE.

Passo 5: após o projeto finalizado, o mesmo retorno para SMAEG e uma chamada pública foi realizada.

Passo 6: com publicação da chamada pública, o STRAG começou a divulgar a chamada e organizar os produtores que manifestaram interesse. Na ocasião apenas um produtor manifestou interesse em participar.

Passo 7: o produtor selecionou os animais, levou para o abate no abatedouro localizado no município, após realizou a entrega junto a SMEAG.

Passo 8: em novembro de 2023 ocorreu o treinamento dos merendeiros (as) com objetivo de treina-los em relação ao preparo e uso de carne de ovelha em receitas, também foi realizado um teste de aceitabilidade para avaliar a receptividade por parte dos alunos.

Passo 9: a nutricionista responsável pelo PNAE elaborou o cardápio e a distribuição da carne foi feita.

Durante o início do projeto foram contempladas seis escolas da rede municipal, nas turmas do fundamental 2, totalizando 693 alunos, equivalente a 57 % do total de alunos da rede municipal de ensino do município. As entregas da primeira remessa foram realizadas pelo produtor juntamente com a nutricionista da SMEAG nas escolas, conforme a Figura 8.

Figura 8 - Entrega da primeira remessa de carne ovina nas escolas da rede municipal de Arroio Grande



Fonte: Acervo pessoal Patrícia Costa (2023).

As carnes foram embaladas e processadas de acordo com a solicitação da nutricionista, a proteína foi entregue moída e iscas conforme a figura 8, facilitando o preparo por parte dos merendeiros (as). A carne moída e isca são alternativas práticas e versáteis para a alimentação escolar, pois facilitam o preparo de refeições equilibradas e diversificadas, atendendo às exigências nutricionais dos estudantes (Carvalho, 2017).

Figura 9 - Carne ovina embalada e processada entregue no PNAE em Arroio Grande.



Fonte: Acervo pessoal Patrícia Costa (2023).

Com seu sabor característico e levemente adocicado, além de muito saborosa e versátil. A carne ovina é muito saborosa, macia e suculenta e se destaca pelo seu valor nutricional, uma vez que contém aproximadamente 9,5% de lipídios. Essa carne é excelente fonte de proteína de elevado valor biológico pela disponibilidade e digestibilidade de aminoácidos essenciais (SEBRAE, 2020).

A repercussão do projeto nas mídias despertou interesse de outros municípios em conhecer o funcionamento do mesmo. Em novembro de 2024 a SMEAG, o STRAG e a EMATER organizaram um seminário onde contaram com a

presença de líderes de governo de cidades vizinhas, integrante da Emater/RS-Ascar de outros municípios, pecuaristas familiares e a autora, na ocasião a nutricionista responsável levou os convidados para conhecer e falar com os alunos que receberam a carne ovina como merenda, figura 10.

Figura 10 - Alunos da rede municipal de educação conversando com os participantes do seminário sobre o projeto de inserção de carne ovina na merenda escolar.



Fonte: acervo pessoal da autora (2024).

Após a visita a nutricionista apresentou o projeto aos convidados, tirando as eventuais dúvidas sobre o mesmo. Ao final da manhã foi servida aos participantes a carne ovina conforme é servida nas escolas, no apêndice D estão disponíveis mais registros fotográficos do evento.

Na ocasião, a carne foi preparada por uma merendeira da rede municipal de Arroio Grande, possibilitando que os participantes do seminário experimentassem e tivessem a sensação gustativa que os alunos têm nas escolas. Além da iniciativa do seminário os participantes do projeto já forneceram entrevista à televisão, a jornais, a rádios e foram convidados a alguns eventos para compartilhar a vivência do projeto, conforme disponível nos anexos A, B e C.

Visto à proporção que o projeto vem tomando, buscou-se saber na visão dos entrevistados quais são os pontos positivos do projeto de inserção de carne ovina na merenda escolar, segundo consta os dados levantados no Quadro 7.

Quadro 7 - Pontos positivos da implantação do projeto de inserção de carne ovina merenda escolar em Arroio Grande

Entrevistado	Pontos positivos
1	Renda ao produtor; Ofertar uma carne de qualidade; Identidade com o mercado consumidor.
2	Alimentação saudável; Valorização da cultura; Valorização do produtor.
3	Diversificação de renda; Canal de comercialização.
4	Comercialização o ano todo; Valorização da cultura.
5	Alimento de qualidade; Valorização da cultura.

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

Os pontos positivos listados pelos entrevistados vão ao encontro dos objetivos do PNAE que são garantir a oferta de uma alimentação saudável e adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional dos estudantes e contribuir para o desenvolvimento local, valorizando a cultura alimentar local e apoiando a agricultura familiar (FNDE, 2021) e também com as novas diretrizes impostas pelo PNAE no ano 2023.

Ademais, foi destacado também a utilização do projeto como um canal de comercialização que irá gerar renda ao produtor. Segundo Maciel, Becker e Neske (2019) o mercado institucional é um mercado emergente para ovinocultura na pecuária familiar representando uma alternativa viável para a comercialização da sua produção.

Quando questionados sobre os obstáculos enfrentados até o momento no projeto, quatro dos entrevistados citaram o fechamento da planta frigorífica do

município a qual realizava os abates dos animais. A planta frigorífica é um estabelecimento industrial destinado ao abate, processamento, conservação e armazenamento de carnes e seus derivados, operando sob rigorosos controles sanitários e ambientais para garantir a qualidade e segurança dos produtos (Santos, 2011). No momento, em virtude do fechamento da planta frigorífica local, o projeto encontra-se pausado.

A escassez de abatedouros especializados para ovinos é um dos principais entraves para o desenvolvimento da ovinocultura no estado, contribuindo para a informalidade no abate e dificultando o acesso a mercados mais exigentes e lucrativos (Souza, 2013).

Estamos com problema da planta frigorífica, no momento o projeto está pausado. O antigo dono entregou a planta e no momento estamos sem local para realizar o abate dos animais. A expectativa é que com auxílio do governo municipal e através da organização dos produtores via associação se assuma a planta frigorífica (Entrevistado 1, nov. 2024.).

A organização dos produtores em associações ou cooperativas tem mostrado uma alternativa viável para a gestão de plantas frigoríficas, permitindo a verticalização da produção, maior controle sobre os processos e a agregação de valor aos produtos comercializados (Castilho, 2017).

A articulação dos pecuaristas familiares permite a superação de entraves em relação à gestão, questões logísticas e comercialização, também facilita o acesso do pecuarista a programas institucionais como o PNAE (Schneider, 2016). Além disso, a união facilita a troca de experiências, a busca por capacitação técnica e a negociação de preços justos para insumos e produtos. Essa estrutura organizacional também permite maior competitividade e sustentabilidade econômica, possibilitando que os pecuaristas tenham melhores condições de agregar valor à produção, enfrentar a concorrência e conquistar novos mercados regionais e nacionais.

No que diz respeito as perspectivas para o futuro do projeto, os entrevistados relataram suas opiniões, conforme quadro 8, o qual apresenta uma sistematização das perspectivas de futuro da inserção de carne ovina para o caso estudado segundo a perspectiva dos entrevistados da pesquisa.

Quadro 8 - Sistematização das perspectivas de futuro, segundo os entrevistados, para o projeto de inserção de carne ovina em Arroio Grande, RS

Entrevistado	Perspectivas
1	Desenvolver Renda; Criar mais empregos; Que a pecuária familiar vire identidade do povo arroio-grandense.
2	Voltar com o projeto; Implantar em mais escolas; Estimular outros municípios.
3	Aumentar a receita da propriedade; Que mais produtores se juntem ao projeto
4	Voltar com funcionamento do projeto; Que mais produtores comecem a entregar no projeto.
5	Que o projeto persista; Que seja inspiração para outros municípios.

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

Foi citado pelos entrevistados o interesse que o projeto volte ao seu funcionamento, que mais pecuaristas comecem a participar, que o projeto possa estimular mais municípios, que possa gerar renda aos pecuaristas, criar novos empregos e tornar a pecuária familiar identidade do município de Arroio Grande.

Em relação aos reflexos da implantação do projeto para os ovinocultores foi relatado pelos entrevistados que a visibilidade do projeto despertou interesse nos ovinocultores em entregar seus produtos para a merenda escolar.

Fazer parte de um projeto que está sendo falado em muitos lugares é animador, levei como um incentivo para seguir produzindo, para voltar a ampliar meu rebanho e me dedicar ainda mais à ovinocultura. Fico feliz quando outro pecuarista vem me perguntar do funcionamento do projeto e fica interessado em participar (Entrevistado 3, nov. 2024).

A divulgação da experiência ocorrida no município de Arroio Grande, RS, inspira os pecuaristas a participar e se entregarem ao projeto, estimulando que os mesmos permaneçam na atividade pecuária.

Depois que começou a demanda desse projeto teve mais de dez pecuaristas que me procuraram querendo comercializar para a merenda escolar. Muitos estão em prontidão esperando que o abatedouro volte a funcionar. Acho que esse projeto é um estímulo para o ovinocultor, não só daqui do município, pensando nas dimensões que o projeto tomou (entrevistado 4, dez. 2024).

A relação pecuarista e mercado institucional que se estabeleceu em Arroio Grande é um alternativa de comércio com preço justo e oferecendo uma demanda estável, não se sujeitando a dependência de mercado convencional. Ao contrário dos canais convencionais, os mercados institucionais de alimentos vão na direção oposta à homogeneização alimentar, dando prioridade à compra de produtos da agricultura familiar (Becker, 2010). O que pode tornar um estímulo para que outros pecuaristas familiares junte-se a este mercado.

Apesar de recentemente o projeto implantado em Arroio Grande ter demonstrado um impacto significativo na revitalização da pecuária familiar e na ovinocultura local, gerando novos estímulos econômicos e sociais, o interesse de novos produtores e a criação de uma demanda estável, através do fornecimento para a merenda escolar, evidencia o sucesso da iniciativa. Além disso, a relação estabelecida com o mercado institucional oferece uma alternativa sustentável, que fortalece a independência dos pecuaristas em relação ao mercado convencional (Sacco dos Anjos; Caldas; Sivini, 2016). Com o apoio contínuo e a ampliação do projeto, é possível vislumbrar um futuro promissor para a ovinocultura em Arroio Grande e na região, consolidando a atividade como parte da identidade e da economia local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

. O projeto de inserção de carne ovina na merenda escolar em Arroio Grande, realizado via PNAE, demonstrou potencial para fortalecer a pecuária familiar ao garantir acesso ao mercado institucional. A iniciativa envolveu parcerias entre STRAG, SMEAG e Emater/RS-Ascar, destacando a relevância da articulação entre diferentes atores para a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e à segurança alimentar.

Ao longo do processo de implantação, foi possível observar diversos aspectos positivos, como a geração de renda para os produtores, através do acesso ao mercado institucional, à oferta de uma carne de qualidade para os estudantes, a diversificação da economia local e a criação de uma identidade regional associada à ovinocultura familiar.

Contudo, desafios também foram identificados, sendo o principal obstáculo o fechamento da planta frigorífica local, que resultou na interrupção temporária do projeto, expôs fragilidades estruturais do projeto, levando à sua interrupção e evidenciando a necessidade de soluções organizacionais mais robustas, como a criação de cooperativas para garantir a continuidade da iniciativa.

As perspectivas para o futuro do projeto são promissoras, com os entrevistados destacando a esperança de retomada das atividades, expansão para mais escolas e inspiração para outros municípios. A continuidade do projeto pode contribuir para a geração de novos empregos, o aumento da receita das propriedades e a consolidação da pecuária familiar como um elemento central da economia de Arroio Grande.

Aliado a isso, a repercussão positiva do projeto em mídias locais e regionais reforça seu impacto, estimulando outros pecuaristas familiares a se engajarem na ovinocultura e a considerarem a merenda escolar como um canal de comercialização seguro e estável.

A experiência adquirida com a implementação do projeto oferece um modelo replicável para outras regiões, destacando a importância da articulação entre diferentes mediadores para o sucesso de iniciativas similares.

Em suma, o projeto de inserção de carne ovina na alimentação escolar através do PNAE em Arroio Grande representa um exemplo bem sucedido de integração entre agricultura familiar e políticas públicas de alimentação escolar. Com

o comprometimento dos envolvidos e a superação dos desafios identificados, o projeto tem potencial para se tornar uma referência para a região.

Além disso, o projeto realizado contribui significativamente para o desenvolvimento da ovinocultura local, a valorizado a pecuária familiar e viabilizando maior diversificação da economia rural, promovendo maior visibilidade e reconhecimento para o setor.

REFERÊNCIAS

- ABEL TRAÇA, A. B. B. **Contributo da Produção Animal nas Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Zootécnica). Universidade de Lisboa (Portugal).2022.
- ANDRADE, J. A. **Sindicato dos trabalhadores em educação do sistema público a municipal**: análise sobre a percepção dos professores. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros 2024.
- ARAÚJO, I. P. S. **Introdução à auditoria operacional**. FGV Editora, 2001.
- ÁVILA, V. S., FRUET, A. P. B., BARBIERI, M., BIANCHINI, N. H., & DÖRR, A. C. O retorno da ovinocultura ao cenário produtivo do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 11, n. 11, p. 2419-2426, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BATISTA, A. S. N.; SILVA, A.C.F.; ALBUQUERQUE, L.F. Características sensoriais da carne ovina. **Revista Essentia**, Sobral, v.15, n.1, p. 185-200, 2013.
- BECKER, C. **Mercados Institucionais e Agricultura Familiar**: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do território Zona Sul do Rio Grande do Sul. 129f. 2010. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar). Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.
- BORBA, M. A valorização dos recursos e a diferenciação dos produtos como estratégia de desenvolvimento territorial: a experiência do Alto Camaquã. **SIAL Brasil**. 2015.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jun. 2009.
- BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 30 nov.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **6 Diretrizes do PNAE**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 21 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistemas Agroalimentares e Desenvolvimento Rural no Brasil**. Brasília: MDA, 2012.

CARVALHO, D. G. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a sustentabilidade: o caso do Distrito Federal (2005-2008)**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CARVALHO, P. D. F., FISHER, V., SANTOS, D. D., RIBEIRO, A. M., QUADROS, F. D., CASTILHOS, Z. M. Produção animal no bioma campos sulinos. **Brazilian Journal of Animal Science**, v. 35, n. Supl, p. 156-202, 2006.

CARVALHO, R. S. **Oferta alimentar no ensino superior: Uma proposta no contexto específico da formação em desportos**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Instituto Politécnico de Viana Castelo, Portugal, 2017.

CASTILHO, M.A. **O desafio da agroindustrialização no Tocantins: estudo de caso da cadeia produtiva da aquicultura a partir da abordagem de Cadeia Global de Valor (Global Value Chain–GVC)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017.

CAZELLA, A. **Governança da terra e sustentabilidade: experiências internacionais de políticas públicas em zonas rurais**. Nova Letra Gráfica & Editora, Blumenau, 2015.

CHIESA, G. V. **Estruturação e implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Município de São Gabriel-RS**. Monografia (Especialização em Gestão e Inovação do agronegócio), Dom Pedrito, Universidade Federal do Pampa, 2018.

CI ORGÂNICOS. **Experiências mostram a importância da agroecologia para a merenda escolar**. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/biblioteca/experiencias-mostram-a-importancia-da-agroecologia-para-a-merenda-escolar/pnae-2023/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

COTRIM, M. S. **Pecuária familiar na região da serra do sudeste do Rio Grande do Sul: Um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

CRUZ, B. C. C., DOS SANTOS, C. L., AZEVEDO, J. A. G., SILVA, D. A. Avaliação e composição centesimal e as características físico-químicas da carne de ovinos. **Pubvet**, v. 10, p. 111-189, 2015.

CUNHA, J. C. D. **Reestruturação agroindustrial e mudanças institucionais na rede láctea paulista**. Tese (Doutorando em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

CUSTÓDIO, M. B.; FURQUIM, N. R.; DOS SANTOS, G. M. M.; CYRILLO, D. C. Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2011.

EMBRAPA. Empresa Brasileira De Pesquisa Agropecuária. Pesquisa visa fortalecer elo fraco da cadeia produtiva. **Folha do Produtor**. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, Ano 16, n. 20, 2005. p. 7.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Simpósio discute mercado da lã**. Disponível em: <https://www.embrapa.br>. Acesso em: 07 mai. 2024.

FERNANDES, A. M. **Desempenho competitivo da cadeia produtiva da carne bovina do bioma pampa**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração), Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul (RS). 2017.

FERREIRA, H.G.; ALVES, R. G.; MELLO, S. C. R. P. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): alimentação e aprendizagem. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, v. 22, n. 44, p. 90-113, 2019.

FERREIRA, M. D.; CARUSO, S. A educação e a alimentação escolar, o PNAE e sua contribuição para o desenvolvimento regional e a agricultura familiar na merenda escolar de Goiânia. **Observatorio De La Economía Latinoamericana**, v. 22, n. 11, p. e7994-e7994, 2024.

FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte. **Territorios con identidad cultural**, v. 1, n.1, p. 2- 40, Santiago, 2006.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento na educação. **Sobre Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/>. Acesso 05 mai. 2024. 2020.

FUJIWARA, L. **Qualidade nutricional e produtos diversificados agregam valor para carne ovina**. Embrapa, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/96269139/qualidade-nutricional-e-produtos-diversificados-agregam-valor-para-carne-ovina>. Acesso em: 03 fev. 2025.

FURTADO, D. A., BARACUHY, J. G. D. V., FRANCISCO, P. R. M., FERNANDES NETO, S., SOUSA, V. A. D., MARINHO, F. J. L. **Tecnologias adaptadas para o desenvolvimento sustentável do semiárido**. V. 1. 2014.

GAZOLLA, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares**. 292 f. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GAZOLLA, M. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, p. 427-460, 2021.

GAZOLLA, M., SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas S.A., 2008.

GIRARDI, M. W.; FABRI, R. K.; BIANCHINI, V. U.; MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Oferta de preparações culinárias e alimentos regionais e da sociobiodiversidade na alimentação escolar: um estudo na Região Sul do Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 25, n. 3, p. 29-44, 2018.

GOMES, L.B. BARBOSA, M. G., FERLA, A. A. **A educação permanente em saúde e as redes colaborativas: conexões para a produção de saberes e práticas.** Editora UFRGS, Porto Alegre, 2016.

GONÇALVES, M.S., ARNONI, R. K., ESTEVES, R.M.G., KESSLER, J.D., LEMES, J.S.; MARTINS, L.; OLIVEIRA, R. M.; PINHEIRO, L.; OSÓRIO, M.T.M.; OSÓRIO, J.C.S.; FERREIRA, O.G., BORBA, M.F.S., TRINDADE, J.P.P, GONZAGA, S.S. Acceptance of sheep and goat meat from Alto Camaquã. **Revista Argentina de Producción Animal**, v.1. p.113-113, 2011.

GRISA, C., SCHMITT, C. J., MATTEI, L. F., MALUF, R. S., LEITE, S. P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 03 mai. 2024. 2020.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudo aponta impactos positivos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso 08 de mai. 2024.

LAURINO JORIS, J. Transações entre produtores e frigoríficos no setor de ovinos no estado de mato grosso do sul: uma abordagem pela economia dos custos de transação. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 15, n. 2, p. 16-21, 2014.

LOPES, I. D. Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no município de passo fundo: controle social de políticas públicas. **Oficina do Historiador**, v. 14, n. 1, p. 37-39, 2021.

MACIEL, R. G., BECKER, C., NESKE, M. Z. Os mercados da ovinocultura na pecuária familiar: proposições analíticas da Nova Sociologia Econômica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. V 57. p. 369 - 412. 2019.

MAGALHÃES, D. C. C. **As brincadeiras infantis no contexto escolar e suas influências na construção das identidades de gênero.** Dissertação (Mestrado em psicologia). Faculdade de Ciências de Educação e Saúde, Brasília, 2014.

MAIA, J. F. **O pampa gaúcho e a contribuição da agricultura e da pecuária familiar no processo de desenvolvimento territorial.** Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2022.

MALUF, R. S., BURLANDY, L., SANTARELLI, M., SCHOTTZ, V., SPERANZA, J. S. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2303-2312, 2015.

MALUF, R.S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Esaias FEE**. Porto Alegre, v.25 n.1, p.299-322, abr. 2004

MAP BIOMAS, **Relatório MAP Bioma.** Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2023/11/28/pampa-sul-americano-segue-perdendo-a-vegetacao-nativa>. Acesso 07 de abr. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnica de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 282.

MARTINS, E. C., MAGALHÃES, K. A., SOUZA, J. D. F. Cenário mundial e nacional da caprinocultura e da ovinocultura. **Boletim ativos de ovinos e caprinos**, v. 3, n. 2, p. 1-6, 2016.

MATTE, A. **Convenções e mercados da pecuária familiar no sul do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2017.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R.; M., LAGO, A.; ANDREATTA, T. Agricultura e pecuária familiar: (Des) continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 1, 2019.

MATTE, A.; Neske, M. Z.; BORBA, M. F. S.; VAQUIL, P. D.; SCHNEIDER, S. Mercado de cadeias curtas na pecuária familiar: um processo de realocização no território Alto Camaquã no Sul do Rio Grande do Sul/Brasil. **Redes: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 21, n. 3, p. 137-158, 2016.

MATTOS, M. G.; JÚNIOR, A. J. R.; RABINOVICH, S. B. **Metodologia da pesquisa em educação física**: construindo sua monografia, artigos e projetos. Phorte Editora, 2017.

MEDINA, G. Development Conditions for Family Farming: Lessons From Brazil. **World Development**, v. 74, p. 386–396, 2015.

MENHÔ, A. B. **Aceitação e intenção de compra pelo consumidor de iogurte sabor açaí produzido com diferentes concentrações de leite de ovelha**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Zootecnia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

MINAYO, M. C. D. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2009.

MINAYO, M. C. D. S. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, n 19, p 1103-1112, 2014.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Agricultores e gestores debatem compras para a merenda escolar**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 07 mai. 2024.

MIZUNO, P. B. **Alimentação escolar: a realidade da política pública em prol da agricultura familiar no Pontal do Paranapanema**. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional), Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2020.

MONTANARI, M. **Comida como cultura**. Editora Senac. São Paulo, 2024.

MORAIS, V. M.; SILVA, C. R. F.; POMPEU, A. H. F. A política pública do PNAE como estratégia de inclusão produtiva no Território Açu Mossoró/RN. In: Congresso Regional da SOBER Nordeste. **Anais do 54º Congresso da SOBER**. 2016.

MOREIRA, J. G.; MATTE, A.; CONTERATO, M. A. Avanço da soja e estratégias de adaptação da pecuária de corte no Sul do Brasil. **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, v.19, n.1, p. 504-526, 2023.

NAKATANI, J. K. **Canais de distribuição de produtores de hortícolas: uma proposta de gestão**. Tese (Doutorado em Administração de organizações). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

NESKE, M. Z. Mercantilização, heterogeneidade social e autonomia na produção familiar: uma análise da pecuária familiar do sul do Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P. D. et al. (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: editora da UFRGS, p. 131-148, 2016.

NETTO, C. G. A. M. O futuro dos campos: possibilidades econômicas de continuidade da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul. In: PILLAR, V. De P. et al. **Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade**, Brasília: MMA, p. 380- 390, 2009.

NIEDERLE, M. Uma agenda de gênero: um relatório de progresso em matéria de competitividade. **American Economic Review**, v. 5, pág. 115-119, 2017.

NOVAES SOBRINHO, J. **Desenvolvimento local na microrregião de Irecê-Bahia, município de Jussara: do feijão a ovinocaprinocultura**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento sustentável Regional). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

NUNES, E. M., DE MORAIS, A. C., DE AQUINO, J. R., GURGEL, I. A. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como política de inclusão na agricultura familiar do Nordeste do Brasil. **Revista Grifos**, v. 27, n. 45, p. 114-139, 2018.

OLIVEIRA, A. C., SILVA, R. R., OLIVEIRA, H. C., ALMEIDA, V. V. S., GARCIA, R. F., OLIVEIRA, U. L. C. Influência da dieta, sexo e genótipo sobre o perfil lipídico da carne de ovinos. **Archivos de Zootecnia**, v. 62, p. 57-72, 2013.

OLIVEIRA, E. R.; FERREIRA, P. **Métodos de investigação: da interrogação à descoberta científica**. Vida Econômica Editorial. 2014.

OSÓRIO, J. C. D. S.; OSÓRIO, M. T. M.; SAÑUDO, C. Características sensoriais da carne ovina. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 38, p. 292-300, 2009.

PATROCÍNIO, D. N. M. **O povo do pampa: uma história de vida em meio aos campos nativos do bioma pampa**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.

PAULA, R. A. L.; CERATTI, S.; BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande

do Sul. **Revista GEDECON - Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v. 1, n. 1, p. 36-49, 2013.

PEREIRA NETO, O. A. Gerenciamento e capacitação da cadeia da ovinocultura. **Práticas em ovinocultura: ferramentas para o sucesso**. Solidus, Porto Alegre. V. 2, n 1, p. 8-19, 2004.

PEZZOLO, D. B. **Tecidos: história, tramas, tipos e usos**. Editora Senac São Paulo, p. 33-37. 2021.

POLLI, V. A., COSTA, P. T., GARCIA, J. A. B., RESTLE, J., DUTRA, M. M. M., VAZ, R. Z. Estresse térmico e qualidade da carne ovina: uma revisão. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. 59-78, 2020.

PORTO, R. G., BEZERRA, A. J. A., PORTO, V. H. D. F., CALDAS, N. Pecuária familiar: a emergência de uma categoria social no Sul do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, p. 473-494, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL ARROIO GRANDE. **Carne de Ovelha é inserida na merenda escolar**. Disponível em: <https://www.arroiogrande.rs.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSÚ. **Aquisição de carne ovina pelo município fortalece e desenvolve a economia rural**. Disponível em: <https://assu.rn.gov.br/aquisicao-de-carne-ovina-pelo-municipio-fortalece-e-desenvolve-a-economia-rural>. Acesso 28 abr. 2024.

PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. **Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo**. Editora Vozes, 2024.

REIS, S.F.; RIBEIRO, D. D. Inclusão produtiva e as políticas públicas para a agricultura familiar no estado de Goiás. In: Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais. **Anais do Simpósio 2014**. Uniara, 2014.

RÉVILLION, A. S. P. A utilização de pesquisas exploratórias na área de marketing. **Revista Interdisciplinar de Marketing**. v. 2, n. 2, p. 21-37, 14 fev. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rimar/article/view/26692/14330>. Acesso em: 30 out. de 2023.

RIBEIRO, C. M. A pecuária familiar e a transição agroecológica. **Ganadería Familiar y Desarrollo Rural**. 2018.

RIBEIRO, C. M. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RIBEIRO, C. M. Pecuária familiar na região da campanha do Rio Grande do Sul. **Série Realidade Rural**, V 34, pp. 11-45. Porto Alegre: EMATER/RS, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.515, de 13 de setembro de 2010. Institui o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar e dá**

outras providências. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

RODRIGUES, A. de J. **Metodologia científica.** São Paulo: Avercamp, 2006.

SACCO DOS ANJOS, F. S.; CALDAS, N.V. A agricultura familiar no Brasil: caminhos da inovação, espaços de afirmação. **Agroalimentaria**, v. 22, n. 43, p. 119-134, 2016.

SACCO DOS ANJOS, F., CALDAS, N. V., SIVINI, S. A agricultura familiar no Brasil: caminhos da inovação, espaços de afirmação. **Agroalimentaria**, v. 22, n. 43, p. 119-134, 2016.

SANDRINI, G. B. D. As estratégias de reprodução sócio-econômicas dos pecuaristas familiares do município de alegre-re-s. **Cadernos de Agroecologia**, v. 2, p. 6-12, 2007.

SANT'ANA, A. L.; SANT'ANA, D. Z. Caracterização e forma de acesso à terra de novos (as) agricultores (as) familiares em seis municípios do noroeste paulista (SP-Brasil). **Estudios Rurales.** Publicación del Centro de Estudios de la Argentina Rural, v. 11, n. 22, s.p., 2021.

SANTOS, D. V.; AZAMBUJA, R. M.; VIDOR, A. C. Dados populacionais do rebanho ovino gaúcho. **A Hora Veterinária**, ano 31, n. 185, p. 41-44, 2011.

SANTOS, J. C. G., DO AMARAL CRISPIM, B., CARNELOSSI, E. A. G., DE SOUZA FUZIKAWA, I. H., HIRATA, A. S. O., DE VARGAS JUNIOR, F. M., BARUFATTI, A. Avaliação da expressão dos genes GDF-8 e PPAR γ e qualidade da carne de cordeiros Pantaneiros. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p.12-19, 2020.

SANTOS, V., MARTINS, Â., SILVESTRE, M., SILVA, S., AZEVEDO, J. A história da lã: da domesticação à atualidade. **História da Ciência e Ensino: construindo interfaces**, v. 20, p. 65-76, 2019.

SARAIVA, E. B., SILVA, A. P. F. D., SOUSA, A. A. D., CERQUEIRA, G. F., CHAGAS, C. M. D. S., TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 927-935, 2013.

SAUL, I. **Dissecando os 3 grandes desafios da ovinocultura.** Disponível em: <http://www.farmpoint.com.br/cadeia-produtiva/espaco-aberto/dissecando-os-3-grandes-desafios-da-ovinocultura-68668n.aspx>. Acesso em: 04 de mai. 2024.

SCHENSUL, J. J. Key informants. In B. A. Norman (Ed), *Encyclopedia of health & behavior*. v. 1, p. 569-571. **Thousand Oaks:** Sage Publications.2004.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 99-122, 2003.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os articuladores na construção de mercados diferenciados para a agricultura familiar**. In: XXX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2017, Brasília. *Anais...* Brasília: SOBER, 2017.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas. **Razões para investir na ovinocultura**. Disponível em: <http://www.sebraemercados.com.br>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SECRETÁRIA DA AGRICULTURA RS. **Com expansão da agropecuária e indústria, PIB do RS cresce 2,3% no segundo trimestre**. Disponível em: www.agricultura.rs.gov.br. Acesso em 02 mai. 2024.

SENAR. Serviço Nacional De Aprendizagem Rural Ovinocultura: criação e manejo de ovinos de leite. **Coleção SENAR**. V 264, p. 7-9. 2019.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social, **Portal do Sergipe**. Disponível em: <http://www.se.gov.br/index/leitura/id/1263/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SILVA, C. L. D. **Desafios e oportunidades na agricultura familiar**: um estudo sobre assistência técnica e acesso a recursos para pequenos produtores rurais. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Agroalimentares). Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2024.

SILVA, E. R. F. D. **Agentes territoriais na implementação do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) nos municípios de mirante do Paranapanema e Rosana (SP)**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2019.

SILVA, J. G. Empleo no agrícola e ingresos en las zonas rurales de Brasil: patrones y evolución. 2004.

SILVA, K. C. Q. **A geografia das feiras livres em Montes Claros (MG): um estudo acerca das interações socioespaciais entre feirantes e frequentadores**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros (MG), 2024.

SILVA, M. N.; SACCO DOS ANJOS, F. A expansão da soja no município de Jaguarão/RS: análise das percepções através da abordagem narrativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 3, p. e213748, 2020.

SILVA, M.; SACCO DOS ANJOS, F.. A sucessão geracional na pecuária familiar do extremo sul do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, V 61 p. 25-34, 2022.

SILVA, S. C., NASCIMENTO JR, D. do. Sistema intensivo de produção de pastagens. In: **II Congresso Latino-Americano de Nutrição Animal (II CLANA). Manejo e Nutrição de Ruminantes. Palestra Técnica. Realização: CBNA-AMENA-10**, 2006.

SILVANO, L.G. **A importância econômica da pecuária familiar no Rio Grande do Sul**. Monografia (Graduação em Zootecnia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA. **Sistema de indicadores e Informações Culturais**. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202310/09111506-dados-309-municipios-no-sec.pdf> Acesso em: 13 mai. 2024. 2024.

SOUSA, D. N.; NIEDERLE, P. A. A produção científica brasileira sobre o que se entende por inclusão produtiva: um recorte temporal entre 2005 a 2016. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 23, n. 1, p. 15-32, 2018.

SOUSA, D.N. Mediadores sociais e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Tocantins: (des) conexões entre referenciais, ideias e práticas. **Estudios Rurales**, V. 11, n. 22, p 23-32, 2019.

SOUZA, J. D. F. D. **Abates não inspecionados de ovinos em propriedades rurais no município de Tauá (CE): uma análise das características do ambiente institucional**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Universidade Estadual de São Carlos, São Carlos, 2013.

TELLES, T. S.; TANAKA, J. M. U.; PELLINI, T. Agricultura familiar: pecuária leiteira como lócus das políticas: públicas paranaense. **Semina: Ciências Agrárias**, v. 29, n. 3, p. 579-590, 2008.

TOYOYOSHI, J. Y., DE OLIVEIRA, R., DOS SANTOS, M. S. N., GALISA, M. S., GALANTE, A. P. Avaliação da aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para a alimentação escolar. **O mundo da saúde**, v. 37, n. 3, p. 329-335, 2013.

UNDIME. **PNAE tem número de parcelas alterado**. Disponível em: <<https://e.org.br/noticia/13-09-2024-18-15-pnae-tem-numero-de-parcelas-alterado>. Acesso: 20 set. 2024.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VIANA, J. G. A., REVILLION, J. P. P., SILVEIRA, V. C. P. Alternativa de estruturação da cadeia de valor da ovinocultura no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 1, 2013.

VIANA, J. G. A.; SILVEIRA, V. C. P. Cadeia produtiva da ovinocultura no Rio Grande do Sul: um estudo descritivo. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 2, n. 1, p. 9-20, 2009.

VINHA, T. C. P. Alimentação nas escolas brasileiras: um estudo dos avanços rumo à educação alimentar a partir da experiência do município de Rio Claro, SP. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 2022.

WAQUIL, A. MATTE, M. Z. NESKE.; M. F. S. BORBA. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

WIGGINS, S. **Agricultural development policy**: a contemporary agenda. ed. Editora GIZ, NY, 2015.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2010.

XIMENES, L. F.; CUNHA, A. M. Setor de peles e de couros de caprinos e de ovinos no nordeste. Fortaleza: **Banco do Nordeste do Brasil**, v 4, n.1, p. 15. 2012.

YIN, R. K. Case study research: design and method. **Third Edition, Applied Social Research Methods Series**, v. 5, p.41-62, NY, 2002.

ZAMBARDA, M. E. D. S. **A agroecologia e o mercado de alimentos orgânicos da agricultura familiar em empresas alimentares e restaurantes de Santa Cruz do Sul/RS Brasil**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul (RS). 2021.

APÊNDICE

Apêndice A – Roteiro de questões para os mediadores.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS

FORMULÁRIO SEMIESTRUTURADO PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Entrevistadora: Tamires Pôrto Lima

Roteiro Mediadores

Data da entrevista:

Nome:

Idade:

Naturalidade:

Sexo:

Escolaridade:

Ocupação:

BLOCO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO

1. Fale brevemente sobre sua atuação na função que exerce (atribuições, experiências profissionais? [pedir para detalhar].

2. No setor que atua:

a. Tem algum contato com a produção agropecuária? Sim () Não () Qual/is?

b. Tem algum contato com temas relacionados à alimentação escolar? Sim () Não

() Qual/is?

c. Tem relação com políticas públicas? Sim () Não () Qual/is?

BLOCO 2 – PECUÁRIA FAMILIAR

1. Como considera a produção ovina no município?

2. Arroio Grande possui muitos produtores de ovinos? São grandes, médios ou pequenos pecuaristas?

3. A ovinocultura tem relevância para o desenvolvimento local? Explique.

4. Quais mercados da carne ovina você conhece no município?

5. Como avalia o consumo de carne ovina pela população de Arroio Grande?

BLOCO 3 – PNAE

1. Como conheceu o Programa de Alimentação Escolar?

2. Qual a sua atuação junto ao PNAE?

3. Como avalia o Programa no município?

4. Como você considera a exigência de ao menos 30% dos recursos serem destinados à compra da agricultura familiar?

5. Em Arroio Grande, tem conhecimento de como ocorre essa dinâmica de compra de agricultores/produtores locais?

BLOCO 4 – O PROJETO DE INSERÇÃO

1. Como conheceu o Projeto de inserção da carne ovina no PNAE do município?
2. Você saberia detalhar como está estruturado [participantes, funções de cada um?
3. Quem foi o principal articulador para estruturação do projeto?
4. Avaliação dos pontos positivos do projeto? [geração de renda; qualidade nutricional; cultura alimentar/aceitabilidade; reconhecimento; organização da cadeia; segurança alimentar; desenvolvimento local; geração de demanda, etc.]
5. Quais os obstáculos do projeto até o momento (pré - durante - pós execução? [Oferta; Abate; Legislação: sanitária, fiscal, tributária; Logística; etc.]
6. Quais as perspectivas para o futuro do projeto?
7. Na sua visão, quais os reflexos da implantação deste programa para a ovinocultor familiar?
8. Gostaria de complementar algo em relação ao projeto?

Apêndice B – Roteiro de questões para o Pecuarista Familiar.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS

FORMULÁRIO SEMIESTRUTURADO PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Entrevistadora: Tamires Pôrto Lima

Roteiro Produtor

Data da entrevista:

Nome:
Idade:
Naturalidade:
Sexo:
Escolaridade:
Ocupação:

BLOCO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO

1. Fale brevemente sobre sua vivência no campo (tamanho e histórico da propriedade, chegou a trabalhar ou trabalha em outra atividade, etc.?).

2. No setor que atua:

a. Tem algum contato com a produção agropecuária? Sim () Não () Qual/is?

b. Tem algum contato com temas relacionados à alimentação escolar? Sim () Não

() Qual/is?

c. Tem relação com políticas públicas? Sim () Não () Qual/is?

d. Acessa ou já acessou políticas públicas (Pronaf/Pronamp; etc.)?

BLOCO 2 – PECUÁRIA FAMILIAR

1. Por que criar ovinos?

2. Qual tamanho do seu rebanho?

3. Quais os desafios para a produção?

4. Como considera a produção ovina no município?

5. Arroio Grande possui muitos produtores de ovinos? São grandes, médios ou pequenos pecuaristas?

6. A ovinocultura tem relevância para o desenvolvimento local? Explique.

7. Quais mercados da carne ovina você conhece no município?

8. Como avalia o consumo de carne ovina pela população de Arroio Grande?

BLOCO 3 – PNAE

1. Como conheceu o Programa de Alimentação Escolar?

2. Qual a sua atuação junto ao PNAE?

3. Como avalia o Programa no município? Bom () Ruim () Ótimo ()

4. Como você enxerga a exigência de ao menos 30% dos recursos serem destinados à compra da agricultura familiar?
5. Em Arroio Grande, tem conhecimento de como ocorre essa dinâmica de compra de agricultores/produtores locais?
6. Antes do projeto você já tinha entregado para a merenda escolar algum outro alimento ?

BLOCO 4 – O PROJETO DE INSERÇÃO

1. Como conheceu o Projeto de inserção da carne ovina no PNAE do município?
2. Você saberia detalhar como está estruturado [participantes, funções de cada um?]
3. Quem foi o principal articulador para estruturação do projeto?
4. Avaliação dos pontos positivos do projeto? [geração de renda; qualidade nutricional; cultura alimentar/aceitabilidade; reconhecimento; organização da cadeia; segurança alimentar; desenvolvimento local; geração de demanda, etc.]
5. Quais os obstáculos do projeto até o momento (pré - durante - pós execução? [Oferta; Abate; Legislação: sanitária, fiscal, tributária; Logística; etc.]
6. Quais as perspectivas para o futuro do projeto?
7. Na sua visão, quais os reflexos da implantação deste programa para você como ovinocultor familiar?
8. Gostaria de complementar algo em relação ao projeto?

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador responsável: Tamires Pôrto Lima
 Instituição: Universidade Federal de Pelotas - UFPel
 Endereço: Campus Universitário, S / N - Capão do Leão, RS, 96160-000
 Telefone (aceito ligação à cobrar e contato via WhatsApp): (53) 999208177

Concordo em participar do estudo *“Pecuária familiar e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): um estudo sobre a inserção da carne ovina nas escolas municipais de Arroio Grande, RS”*. Estou ciente de que estou sendo convidado a participar voluntariamente do mesmo.

PROCEDIMENTOS: Fui informado de que o objetivo geral será “Analisar a estruturação e os efeitos do projeto de inserção da carne ovina no PNAE no município de Arroio Grande, RS”, cujos resultados serão mantidos em sigilo e somente serão usadas para fins de pesquisa. Estou ciente de que a minha participação envolverá responder um roteiro de questões semiestruturado durante a entrevista.

RISCOS E POSSÍVEIS REAÇÕES: Indicação de possíveis riscos. De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012, toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes. *Os riscos decorrentes na participação do estudo são mínimos. Caso você se sinta desconfortável com alguma pergunta que possa lhe causar algum tipo de constrangimento, você poderá abandonar o estudo a qualquer momento.*

BENEFÍCIOS: Indicação dos possíveis benefícios. *A participação poderá resultar em importantes avanços na construção de políticas públicas eficientes, além de contribuir para a resiliência de pecuaristas familiares no campo.*

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA: Como já me foi dito, minha participação neste estudo será voluntária e poderei interrompê-la a qualquer momento.

DESPESAS: Eu não terei que pagar por nenhum dos procedimentos, nem receberei compensações financeiras.

CONFIDENCIALIDADE: Estou ciente que a minha identidade permanecerá confidencial durante todas as etapas do estudo.

CONSENTIMENTO: Recebi claras explicações sobre o estudo, todas registradas neste formulário de consentimento. Os investigadores do estudo responderam e responderão, em qualquer etapa do estudo, a todas as minhas perguntas, até a minha completa satisfação. Portanto, estou de acordo em participar do estudo. Este Formulário de Consentimento Pré-Informado será assinado por mim e arquivado na instituição responsável pela pesquisa.

Nome do participante/representante legal: _____ Identidade: _____

ASSINATURA: _____ DATA: ____ / ____ / _____

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO INVESTIGADOR: Expliquei a natureza, objetivos, riscos e benefícios deste estudo. Coloquei-me à disposição para perguntas e as respondi em sua totalidade. O participante compreendeu minha explicação e aceitou, sem imposições, assinar este consentimento. Tenho como compromisso utilizar os dados e o material coletado para a publicação de relatórios e artigos científicos referentes a essa pesquisa. Se o participante tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa,

pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ESEF/UFPeI – Rua Luís de Camões, 625 – CEP: 96055-630 - Pelotas/RS; Telefone:(53)3284-4332.

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL _____

Apêndice D – Autorização de uso de imagem

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, _____, portador (a) do CPF nº _____, autorizo, de forma gratuita e por prazo indeterminado, o uso da minha imagem, em fotos para fins da **Pesquisa Dissertação de Tamires Pôrto Lima**. A presente autorização abrange a divulgação da imagem nos Impressos e digitais, sem que isso caracterize uso indevido da imagem ou qualquer violação de direitos de personalidade.

Declaro ainda estar ciente de que esta autorização é concedida de livre e espontânea vontade, sem que dela decorra qualquer tipo de remuneração ou ônus para as partes envolvidas.

Por fim, esta autorização poderá ser revogada a qualquer momento mediante solicitação por escrito.

Data e Local:

Assinatura

Apêndice E – Registros fotográficos do trabalho de Campo.



Foto da apresentação do projeto de inserção de carne ovina no Seminário.

Fonte: autora (2024).



Registro dos participantes do Seminário experimentando a carne ovina conforme é oferta aos alunos da rede municipal de Arroio Grande

Fonte: autora (2024).



Registro fotográfico dos participantes do seminário do projeto de inserção de carne ovina em Arroio Grande.

Fonte: autora (2024).

ANEXOS

Anexo A – Imagem do aluno recebendo o prato de merenda com carne ovina em escola municipal de Arroio Grande matéria do Jornal Tradição Regional, publicada em 16 de dezembro de 2023.



Anexo B – Imagem do prato com carne ovina em escola municipal de Arroio Grande matéria do Jornal Tradição Regional, publicada em 16 de dezembro de 2023.



Anexo C – Reportagem sobre o destaque que o projeto de inserção carne ovina na merenda escolar em Arroio Grande teve na rota do cordeiro em Bagé e Santana do Livramento, na foto está o presidente do STRAG. Matéria do Jornal Tradição Regional, publicada em 11 de novembro de 2023.



Início > Rural

Rural

Experiência de Arroio Grande é destaque na Rota do Cordeiro

Por **Assessoria de Imprensa** - 11 de novembro de 2024

f  



Evento realizado na semana passada em Bagé e Santana do Livramento discutiu a ovinocultura no Rio Grande do Sul. (Foto: Divulgação)